

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

MARIA LUIZA DE SOUSA TEIXEIRA

**A INDETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA E SEMÂNTICA
DO SUJEITO**

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2014**

MARIA LUIZA DE SOUSA TEIXEIRA

**A INDETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA E SEMÂNTICA
DO SUJEITO**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas da Universidade
Estadual Paulista, *Campus* de São José do Rio
Preto, para obtenção do título de Doutor em
Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Marize Mattos
Dall'Aglio Hattner

**São José do Rio Preto
2014**

Teixeira, Maria Luiza de Sousa.

A indeterminação pragmática e semântica do sujeito / Maria Luiza de Sousa Teixeira. -- São José do Rio Preto, 2014
124 f. : il., tabs.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Línguas - Estudo e ensino. 4. Gramática discursivo funcional. 5. Referência (Linguística) I. Hattnher, Marize Mattos Dall'Aglio. II. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglío Hattnher – Orientadora
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Profa. Dra. Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Universidade Federal de São Carlos (UFCAR)

Profa. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Eduardo Penhavel
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Suplentes

Profa. Dra. Elisete Maria Carvalho Mesquita
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual do Maringá (UEM)

Profa. Dra. Lília de Abreu-Tardelli
Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho” (UNESP)

Para Maria (*in memorian*), Teresa, José, Marlene (*in memorian*) e Mara – primeira comunidade de amor e de língua.

Para Antônio, Thiago e Guilherme que constroem comigo uma segunda comunidade de amor e de língua.

AGRADECIMENTOS

Para a concretização deste trabalho, contei com a colaboração de muitas pessoas, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente. Em especial, gostaria de manifestar minha gratidão:

à minha família, que incentivou e suportou a ausência, em especial à Gabi;

aos meus amigos, sempre eles, que me acolheram nesses momentos, que me deram força para querer chegar ao fim, especialmente minha amiga Meire e as portuguesas;

aos membros do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), pela oportunidade de poder refletir com eles sobre a língua em uso;

ao Prof. Dr. Eduardo Penhavel que, desde o Seminário de Estudos Linguísticos (SELIN), tanto contribui para o desenvolvimento deste trabalho;

ao Prof. Dr. Kees Hengeveld, pelas indagações instigantes na gênese desta pesquisa;

à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa *Programa Mestrado & Doutorado* para a finalização deste trabalho;

a todos os meus colegas de trabalho da Escola Dep. Bady Bassit e do Colégio Agostiniano São José;

à tia Zeza e à Cida, que zelaram para que eu pudesse me dedicar aos estudos;

a todos os meus alunos, com os quais aprendi muito – e quero continuar aprendendo.

aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, em especial, à Rosemar, pela atenção e carinho dispensados.

Mas, acima de tudo, gostaria de agradecer à professora, orientadora e amiga Marize pelo sentimento de competência que construiu em mim.

RESUMO

A indeterminação da função sintática sujeito tem sido definida, de maneira geral, como um conceito semântico que envolve a noção de falta de referência. Neste trabalho, entretanto, objetivamos demonstrar que a indeterminação é um processo notadamente pragmático de diferentes formas de codificação morfossintáticas. Com base no aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), admite-se a referência como um conceito pragmático que está intrinsecamente relacionado ao fato de o falante poder, querer ou não querer identificar um referente. Logo, o referente é construído dentro da interação, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas. É no discurso, portanto, que o falante expressa a indeterminação. Com vistas a formular um conceito de indeterminação que se centre na complexidade pragmático-semântica-sintática, a descrição dessa codificação gramatical feita neste trabalho parte de um corpus formado por diferentes gêneros textuais de base argumentativa da modalidade escrita da língua portuguesa do Brasil. A partir da leitura integral dos textos analisam-se as motivações dadas pela situação comunicativa para que a indeterminação seja marcada morfossintaticamente. Além da descrição de um conjunto bastante diversificado de formas indeterminadoras em língua portuguesa, os resultados permitiram identificar diferentes tipos de indeterminação, conforme ela seja definida só para o falante, só para o ouvinte ou para ambos os interactantes, o que nos levou a propor três tipos de indeterminação do sujeito. A análise integrada dos níveis pragmático, semântico e morfossintático viabilizada pelo aparato teórico da GDF permitiu esclarecer, ainda, a relação entre indeterminação e indefinição. Embora a proposta apresentada de três possibilidades indeterminadoras (Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3) não vise a objetivos didáticos, são apresentadas algumas considerações sobre possíveis aplicações desta pesquisa no âmbito escolar.

Palavras-chave: indeterminação; gêneros textuais; Gramática Discursivo-Funcional; ensino de língua.

ABSTRACT

The indeterminacy of the syntactic function subject has been defined, generally, as a semantic concept involving the notion of lack of reference. In this study, however, we aimed to demonstrate that indeterminacy is a remarkably pragmatic process of different forms of morphosyntactic coding. Based on the theoretical approach of the Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), the reference is assumed as a pragmatic concept that is intrinsically related to the fact that the speaker is able to, is willing or is not willing to, identify a referent. Thus, the referent is built into the interaction through discursive and cognitive practices which are socially and culturally situated. Thus, it is in the speech that the speaker expresses the indeterminacy. In order to formulate a concept of indeterminacy that focuses on its pragmatic, semantic and syntactic complexity, the description of the grammatical coding of indeterminacy is based on a sample of different textual genres of argumentative basis of written Brazilian Portuguese. Besides the description of a very diverse forms of indeterminacy strategies, the results showed different types of indeterminacy, as defined only to the speaker, to the listener only, or to both, which led us to propose three types of subject indeterminacy. The integrated analysis of pragmatic, semantic and morphosyntactic levels enabled by the theoretical approach of FDG also allowed the clarification of the relationship between indeterminacy and vagueness. Although this proposal has no intended didactic goals, some possible applications of this research for teaching purposes are discussed.

Keywords: indeterminacy; genres; Functional Discourse Grammar, language teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. SOBRE SUJEITO E INDETERMINAÇÃO.....	19
1.1. A visão da gramática tradicional.....	19
1.2. Estudos descritivos sobre indeterminação do sujeito.....	28
2. O ‘SUJEITO GRAMATICAL’ NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....	36
2.1. A GDF e a interação verbal.....	37
2.2. A arquitetura da GDF.....	38
2.2.1. O Nível Interpessoal.....	42
2.2.2. O Nível Representacional.....	42
2.2.3. O Nível Morfossintático.....	43
2.2.4. O Nível Fonológico.....	44
2.3. O ‘sujeito gramatical’ na GDF.....	46
2.3.1. O ‘sujeito gramatical’ no Nível Interpessoal.....	46
2.3.2. O ‘sujeito gramatical’ no Nível Representacional.....	52
2.3.3. O ‘sujeito’ no Nível Morfossintático.....	55
2.4. Delimitação de conceitos: indeterminação e indefinição.....	58
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	63
3.1. Delimitação do objeto de estudo.....	63
3.2. Procedimento da busca de dados.....	64
3.3. Critérios para análise de dados.....	67
3.3.1. No Nível Interpessoal: identificabilidade e especificidade.....	68
3.3.2. No Nível Representacional: genericidade e papel semântico.....	71
3.3.3. No Nível Morfológico: estrutura e forma indeterminadora.....	73
4. A INDETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA E SEMÂNTICA DO SUJEITO.....	76
4.1. A codificação da indeterminação.....	81
4.1.1. Indeterminação do Tipo 1.....	81
4.1.2. Indeterminação do Tipo 2.....	83
4.1.3. Indeterminação do Tipo 3.....	87
4.1.3.1. Indeterminação do Tipo 3 com CI.....	88
4.1.3.2. Indeterminação do Tipo 3 com sujeito explícito ...	95
4.2. A codificação da indeterminação.....	109
4.3. Considerações parciais.....	114
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

Essas bizantinices e complicações estão a pedir um golpe de Estado. Por causa delas é que alguns estudantes acham "difícil" o português, isto é, a língua em que eles, com toda a facilidade, acabam de me fazer essa estranha confissão.

Mário Quintana

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

+/- id: +/- identificabilidade

+/- s: +/- especificidade

π : operador

A: destinatário

A1: ato

C1: conteúdo comunicado

CI: construção indeterminadora

E: entrevista

e1: estado-de-coisas

ep1: episódio

f1: propriedade

g: genericidade

GDF: Gramática Discursivo-Funcional

GN: gramática normativa

Gw: palavra gramatical

h: humano

I: editorial

KB: *kbytes*

Lw: palavra lexical

NGB: Nomenclatura Gramatical Brasileira

NI: nível interpessoal

NM: nível morfossintático

NR: nível representacional

Ns: sintagma nominal

O: artigo de opinião

P: cartas do painel do leitor

p1: conteúdo proposicional

P1: participante do ato de fala

P2: participante do ato de fala

past: passado

PL: plural

pres: presente

q1: quantidade

r1: razão

R1: subato referencial

Rj; subato atributivo

S: emissor

$\pm$ S: envolvimento do emissor

SG: singular

T1: subato atributivo

x1: indivíduo

FIGURAS, GRÁFICO E TABELAS

FIGURAS

Figura 1	<i>A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal.....</i>	<i>37</i>
Figura 2	<i>Esquema Geral da GDF.....</i>	<i>39</i>

GRÁFICO

Gráfico 1	<i>Número inicial de ocorrências.....</i>	<i>76</i>
------------------	---	-----------

TABELAS

Tabela 1	<i>As 86 ocorrências de indeterminação de referência analisadas.....</i>	<i>80</i>
Tabela 2	<i>Distribuição das 80 ocorrências de indeterminação do Tipo3.....</i>	<i>88</i>
Tabela 3	<i>Distribuição das 47 ocorrências codificadas com palavras gramaticais....</i>	<i>95</i>
Tabela 4	<i>Distribuição das 25 ocorrências codificadas por palavras gramaticais...102</i>	
Tabela 5	<i>Indeterminação do Tipo 3 codificada pela palavra lexical pessoa.....</i>	<i>103</i>
Tabela 6	<i>Formas codificadoras encontradas nas 86 ocorrências de indeterminação de referência</i>	<i>110</i>

QUADROS

Quadro 1	<i>Formas pronominais codificadoras do Tipo 3.....</i>	<i>112</i>
Quadro 2.	<i>Formas lexicais indeterminadoras.....</i>	<i>112</i>
Quadro 3.	<i>Construções Indeterminadoras do Tipo 3.....</i>	<i>113</i>

INTRODUÇÃO

Dentre os aspectos gramaticais sobre os quais recai muito da crítica à gramática tradicional está a imprecisão do conceito de sujeito. É comum, na seção de sintaxe de gramáticas normativas, a definição e a posterior classificação do sujeito. Essa classificação, entretanto, provoca controvérsias devido à incompatibilidade entre os critérios utilizados para as definições e os utilizados para a análise. Embora tenham sofrido mudanças desde a aprovação do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1958), a definição e a classificação de sujeito continuam gerando confusão ao misturar traços sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Ao abordar a sintaxe da língua, Gramáticas Normativas (GNs) partem de exemplos prototípicos do tipo “As crianças fizeram a tarefa.” (ordem direta da oração; sujeito agente expresse; concordância) para definir o sujeito como “o ser sobre quem se fala alguma coisa”. Não se quer dizer com isso que não se deva partir de um exemplo menos marcado em língua portuguesa como esse. Mas a manifestação do sujeito em um enunciado é um fenômeno bem mais complexo. Com outros exemplos simples é possível perceber que tal definição de sujeito não condiz com o que se considera como sujeito em construções mais marcadas como, por exemplo, construções de ordem indireta, como em “A tarefa, as crianças fizeram”. O elemento sobre o que se faz uma declaração, nesse caso, é *tarefa*, que não corresponde ao sujeito da oração. O sujeito sintático continua sendo *crianças*, termo que entra em relação de concordância com o verbo *fazer*. O falante, ao optar por uma construção como essa em ordem indireta, marca uma informação de forma proeminente para corresponder à sua intenção pragmática que, nesse caso específico, marca o foco

contrastivo, ao ressaltar o sentido pressuposto de que as crianças não teriam feito nada além da tarefa. Ou seja, por razões pragmáticas, “o elemento sobre o que se faz uma declaração” deixa de corresponder, nessa estrutura, ao sujeito sintático.

Aos problemas da identificação somam-se os problemas na classificação do sujeito (simples, composto, oculto, indeterminado, inexistente), que mistura, novamente, critérios formais e semânticos centrados em uma perspectiva orientada para a interpretação do leitor/ouvinte.

A definição, mas, principalmente, a classificação do sujeito dada pelas GNs leva a uma confusão ampliada no processo de ensino-aprendizagem em ambiente escolar. As dúvidas de falantes nativos entre 11 e 17 anos, em fase escolar, surgem na definição de sujeito, porém são bem mais frequentes os questionamentos sobre as incoerências das classificações de sujeito. Quando a teoria é contraposta a exemplos cotidianos e a discussão é incentivada, os questionamentos e contestações desses alunos incidem de forma ainda mais intensa na definição da GN de sujeito indeterminado. A percepção dessas inconsistências conceituais gera um grande desconforto em sala de aula. Não são raras observações de alunos do tipo:

- Pra mim não existe diferença entre *Eles fizeram o trabalho* e *Fizeram o trabalho*. No primeiro caso, o sujeito está ‘escrito’; no segundo, está oculto, porque a desinência verbal mostra *quem* fez o trabalho, *eles*.
- Indeterminado pra quem? Pra mim, por exemplo, o sujeito em ‘Pegaram o meu livro’ não é sempre indeterminado. E se estou sendo irônica e sei quem pegou?
- Não acho que em ‘Precisa-se de padeiro’ o sujeito seja indeterminado. Se a placa está diante de uma padaria, é claro que quem precisa é o dono da

padaria. Não é comum uma placa como ‘A padaria precisa de um padeiro’ ou ‘Eu/Nós preciso(amos) de um padeiro.’ Eu, pelo menos, nunca vi.

A percepção dessas inconsistências conceituais, que, invariavelmente, acontece no momento dos exercícios, leva os alunos a acreditarem que pouco ou nada sabem sobre a própria língua ou que ‘a gramática do português tem mais exceções que regras’.

A escolha pelo uso da indeterminação é motivada por ser essa estrutura gramatical formulada pragmática e semanticamente e constituída morfossintaticamente por diferentes formas, contrariando não só a tradicional conceituação de ‘indeterminação do sujeito’, mas a própria percepção de falantes nativos de língua portuguesa em fase de escolarização.

A indeterminação pode (e deve) ser plenamente explicada em termos de unidades maiores do que a sentença. É a intenção comunicativa do falante que controla a escolha de cada enunciado. E essa intenção depende também do contexto situacional em que o falante se insere. Assim sendo, faz-se necessária uma abordagem teórica que considere os enunciados como atos de discurso e não apenas como sentenças da gramática.

Desse modo, a motivação para a presente pesquisa nasce da dificuldade em aliar a teoria tradicional de classificação do chamado ‘sujeito indeterminado’ à prática de ensino de língua. Embora a reflexão pretendida no trabalho de investigar a manifestação e codificação do chamado ‘sujeito indeterminado’ no funcionamento entrecruzado dos processos pragmático-semântico-sintático não vise a objetivos didáticos, ela busca, na pesquisa teórica, caminhos para uma nova visão sobre o sujeito que poderá, *a posteriori*, ser aproveitada no ambiente escolar. Este trabalho, portanto, justifica-se pela necessidade da pesquisa na universidade voltada para a reflexão de práticas escolares.

Dentre os estudos linguísticos que consideram fatores interacionais e semânticos em sua análise, as teorias funcionalistas têm grande destaque, já que estudam as expressões linguísticas levando em conta seus contextos de uso e considerando os propósitos para os

quais foram utilizadas. Por meio de uma teoria funcionalista, é possível observar como o falante utiliza a língua para organizar seu discurso de maneira coerente, ou seja, o conteúdo de cada enunciado relaciona-se aos demais para conferir sentido ao texto, o qual contém as proposições elaboradas pelo falante para que atinja seus propósitos de comunicação, seja para persuadir ou para informar seu ouvinte.

O paradigma funcional atende ao nosso interesse nos efeitos comunicativos da indeterminação, mas é a característica distintiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), a sua arquitetura descendente, que nos permite sustentar a hipótese de que a noção dada pelas GNs de ‘indeterminação do sujeito’ é um fenômeno que não se resolve na morfossintaxe; antes, ela é um recurso de expressão da intenção pragmática do falante, com consequências semânticas e morfossintáticas.

Assumindo esse ponto de vista sobre o chamado ‘sujeito indeterminado’, neste trabalho, buscamos determinar:

- i. De que maneira o arranjo textual e contextual interfere na codificação morfossintática da definição de ‘sujeito indeterminado’?
- ii. Como as estratégias pragmáticas e semânticas indeterminadoras se materializam na morfossintaxe?

Em consonância com a abordagem teórica aqui adotada, e partindo da noção de ‘sujeito indeterminado’ – nomenclatura assentada pela NGB e empregada nas GN – buscaremos formular um conceito de indeterminação do constituinte *sujeito* que se centre na complexidade pragmático-semântico-sintática da noção de *sujeito*. Com vistas a formular tal conceito, a descrição da codificação gramatical da indeterminação parte de corpus formado por diferentes gêneros textuais, de base argumentativa, da modalidade escrita da língua portuguesa do Brasil, uma vez que a codificação da indeterminação está

intimamente ligada à situação comunicativa. Para tanto, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos.

No Capítulo I, fazemos um breve relato das diferentes definições do fenômeno conhecido como ‘sujeito indeterminado’ e/ou ‘indeterminação do sujeito’. Primeiramente, apresentamos a visão da GN que define a indeterminação do sujeito com base na sintaxe - embora se apoiem em critério semântico para defini-lo. A seguir, apresentamos uma breve análise de trabalhos recentes que, a partir de diferentes correntes teóricas, descrevem e definem a chamada indeterminação do sujeito. Encerramos essa seção com a visão de algumas gramáticas descritivas (GDs) sobre o tema, destacamos a relevância da pragmática como critério necessário para a definição do que se tem definido como ‘sujeito indeterminado’.

No Capítulo II, mostramos como a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), modelo teórico de Hengeveld e Mackenzie (2008), dá sustentação a esta pesquisa, propiciando uma análise integrada dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos da noção de ‘indeterminação do sujeito’.

No Capítulo III, apresentamos os caminhos para a delimitação do objeto desta pesquisa. Primeiro, são descritos os procedimentos utilizados para a delimitação do corpus e, a seguir, são especificados os critérios considerados para análise de dados.

No Capítulo IV, passamos à análise dos casos de indeterminação de sujeito delimitados no corpus, procurando descrever como a indeterminação é uma questão essencialmente pragmática e não meramente morfossintática. A partir da consideração de que a indeterminação está relacionada às intencionalidades argumentativas do falante, identificamos diferentes possibilidades de formulação da ‘indeterminação do sujeito’.

Finalmente, na Conclusão, relacionamos os resultados obtidos, bem como apresentamos algumas reflexões sobre os possíveis ganhos dessa proposta de descrição para o Ensino.

CAPÍTULO I

SOBRE SUJEITO E INDETERMINAÇÃO

1.1. A VISÃO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

O conceito de sujeito gramatical, embora reconhecidamente seja construído a partir de uma mistura de critérios, é estudado no âmbito da sintaxe. Uma pequena revisão de gramáticas normativas, como as obras de Celso Ferreira da Cunha (1986) e Evanildo Bechara (1999), por exemplo, é suficiente para constatar a problemática na definição do sujeito.

De acordo com para Cunha (1986, p. 137), “o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”; já para Bechara (1999, p. 409), “chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração”. A definição de Cunha (1986) caracteriza-se por uma noção discursiva de sujeito, e a de Bechara (1999) explicita uma noção gramatical sintática do sujeito. Segundo Bechara (1999, p. 409), “[o sujeito] é, na realidade, uma explicitação léxica do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoa”.

Em âmbito escolar, muitos autores das chamadas gramáticas pedagógicas (gramáticas direcionadas ao ensino da língua portuguesa) apontam como referência as obras de Cunha (1986) e Bechara (1999). A maior parte dessas gramáticas pedagógicas apenas reproduzem as definições desses gramáticos. Há, entretanto, alguns autores que apontam inconsistências nas definições de ‘sujeito’ e de ‘sujeito indeterminado’. Como não

resolvem o problema, tais discussões acabam por ampliar a confusão entre critérios pragmáticos, semânticos e sintáticos nessas definições.

Dentre as várias gramáticas pedagógicas analisadas, selecionamos a de Domingos Paschoal Cegalla (2007) e a de Luiz Antonio Sacconi (2008) por serem obras largamente utilizadas no ambiente escolar. Tais gramáticas, embora pouco representativas no âmbito acadêmico, trazem a discussão do que seja ‘sujeito’ e apresentam de forma ampliada a discussão acerca do chamado ‘sujeito indeterminado’.

De acordo com Cunha (1986, p. 137), “o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração”; para Bechara (1999, p. 409), “chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação prediativa com o núcleo verbal para constituir uma oração”; Cegalla (2007, p. 324) diz que o “sujeito é o ser de quem se diz alguma coisa”; Sacconi (2008, p. 358) define o sujeito como “o ser ou aquilo a que se atribui a ideia contida no predicado” (grifos nossos). Ainda que a definição de Cunha (1986) seja um tanto quanto imprecisa (‘termo’ pode corresponder a uma palavra, um sintagma, uma oração), a definição de Cegalla (2007) possa levar a uma noção de sujeito humano (‘o ser’), e a definição de Sacconi (2008) acrescente o traço [-humano], as quatro definições poderiam ser igualmente exemplificadas por:

- (1) *Este rapaz* é atencioso. (CUNHA, 1986. p. 137)
- (2) *Isto* não me agrada. (CEGALLA, 2007. p. 324)
- (3) *A casa de Juçara* sofreu reforma geral. (SACCONI, 2008. p. 288)

em que ‘os sintagmas nominais’ *Este rapaz*, *Isto* e *A casa de Juçara* são ‘o termo/o ser/o ser ou aquilo’ ‘sobre o qual se faz uma declaração/de quem se diz alguma coisa’/‘a que se atribui a ideia contida no predicado’.

A definição se aplica de maneira ainda mais imprecisa a certos casos como em (4) e (5), a seguir:

(4) As frutas *eu* trago.

(5) Existiam *muitas casas velhas* em São Paulo.

Em (4), o termo sobre o qual se faz uma declaração, *as frutas*, não é o sujeito da oração, mas o pronome *eu*. Em (4), é possível pensar que *muitas casas velhas* seja o termo sobre o qual se faz uma declaração; mas também é possível que se entenda que o termo seja *São Paulo*.

As inconsistências nas definições tradicionais do constituinte sujeito ficam ainda mais evidentes quando as contrastamos com as noções de sujeito de alguns trabalhos descritivos recentes. De acordo com Berlinck, Duarte e Oliveira (2006, p. 102), em uma oração como “Carne aqui em casa nós fazemos de várias formas”, o elemento sobre o que se faz uma declaração é *carne*, que não corresponde ao constituinte sujeito da oração. O sujeito sintático, no caso, é *nós*, termo que entra em relação de concordância com o verbo *fazer*, identificado a partir de um critério morfossintático. Com base nesse exemplo, as autoras observam que a conceituação de sujeito apresentada pelas gramáticas normativas (GNs) obedece a um critério informacional, estando, portanto, relacionada à organização do discurso. Assim sendo, a definição de sujeito tal qual aparece nas GNs aplica-se à definição de tópico. O estudo do ‘sujeito sintático’ nos exemplos (4) e (5), apresenta, portanto, uma definição pragmática e não morfossintática.

A confusão entre sujeito sintático e tópico é reconhecida também por Pezatti (1998, p. 134):

Tópico é, por vezes, tratado como o constituinte deslocado à esquerda, por isso seu estudo está sempre relacionado à ordem de palavras (Braga, 1984, 1986, 1987). A definição de tópico é, não raro, confundida com a de sujeito, que é uma categoria sintático-semântica e não pragmática (cf. os gramáticos tradicionais), e outras vezes com a de Tema, entendido ora como o constituinte que ocupa sempre uma posição especial na sentença, a inicial (Chafe, 1976), ora como o elemento dado, conhecido (cf. os funcionalistas de Praga, como Danes, Firbas, Combettes).

Com poucos e simples exemplos, vê-se que a gramática tradicional esboça uma definição insuficiente para se reconhecer o sujeito de uma oração. Como aponta Neves (2000), a observação dos usos linguísticos leva à rejeição do tratamento ingênuo e fácil que homogeneíza os itens da língua.

Além da inconsistência na definição do que seja sujeito, deparamo-nos com a classificação problemática desse termo sintático¹. Cegalla (2007) nomeia oito tipos de sujeito, Cunha (1986), quatro tipos e Cegalla (2007), apenas três.

Em sua obra *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, Cegalla (2007. p. 324), após observar que o sujeito é constituído por um substantivo, pronome ou palavra ou expressão substantivada, elenca oito tipos de sujeito:

1. *simples* (quanto tem um só núcleo);
2. *composto* (quando tem mais de um núcleo);
3. *expresso* (quando está explícito);
4. *oculto ou elíptico* (quando está implícito; quando não está expresso, mas se deduz do contexto)
5. *agente* (se faz a ação expressa pelo verbo da voz ativa);
6. *paciente* (quando sofre ou recebe os efeitos da ação expressa pelo verbo passivo);

¹ Embora aponte claramente a distinção entre as noções sintática e semântica do sujeito, Bechara (1999, p. 410) não faz referência ao chamado ‘sujeito indeterminado’.

7. *agente e paciente* (quando o sujeito faz a ação expressa por um verbo reflexivo e ele mesmo sofre os efeitos dessa ação);
8. *indeterminado* (quando não se indica o agente da ação verbal).

Ao apresentar esses tipos de sujeito, Cegalla (2007), explicitamente, mistura a noção sintática de sujeito com conceitos semânticos (agente e paciente). Ao determinar a quantidade de núcleos e a expressão lexical ou não do sujeito na oração, lança mão de critérios morfossintáticos. Critérios semânticos (agente e paciente) são utilizados objetivando estabelecer uma regularidade semântica que justifique a estrutura sintática ativa ou passiva da oração, ainda que o traço paciente não seja exclusivo da estrutura de voz passiva. Como se sabe, o sujeito paciente pode ser expresso também na voz ativa, como em (6) e (7):

(6) *Os criminosos* receberam o merecido castigo.

(7) *As crianças* apanharam.

A definição de sujeito indeterminado apresentada por Cegalla (2007), por sua vez, leva a considerar as construções (6) e (7) como orações sem agente e, portanto, exemplificativas de ‘sujeito indeterminado’. Além disso, ao afirmar que o sujeito indeterminado ocorre quando ‘não se indica o agente’, é possível questionar: Todo sujeito é agente? E ainda: para quem não se indica o sujeito (‘agente’)? Para o falante ou para o ouvinte?

Em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, Cunha (1986, p. 137), após definir o sujeito como “o termo sobre o qual se faz uma declaração”, observa que quanto à classificação, o sujeito pode ser simples, composto, oculto (determinado) e indeterminado. De acordo com o gramático, a forma de representação de sujeito de 1ª ou de 2ª pessoa pode ocorrer por meio de pronomes (singular ou plural). Já os sujeitos da 3ª pessoa podem ter como núcleo um substantivo (ou uma palavra ou expressão substantivada), os pronomes de

3ª pessoa, um pronome demonstrativo, relativo, interrogativo ou indefinido, um numeral, uma oração substantiva subjetiva. Quanto ao sujeito oculto, o autor observa que apenas os sujeitos de 1ª e 2ª pessoa (singular ou plural) e o de 3ª pessoa no singular (desacompanhado da partícula *–se*) podem ser classificados como oculto. Já o pronome de 3ª pessoa do plural (quando não há um referente à forma *eles*) é apontado como forma de indeterminação do sujeito. Com base nessa distinção entre as pessoas do discurso, Cunha (1986, p. 141) define o sujeito indeterminado: “Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento”.

Em síntese, Cunha afirma que o sujeito indeterminado só pode ocorrer em dois casos, ambos com sujeito implícito (não expresso materialmente) de 3ª pessoa: verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *–se* (os exemplos dados pelo autor são de verbos intransitivos e transitivos diretos) e verbo na 3ª pessoa do plural. Ao apontar para um referente de 3ª pessoa desconhecido, a definição de Cunha, assim como a de Cegalla, permite uma dupla interpretação. A possibilidade de o verbo não se referir a uma pessoa determinada “por se desconhecer quem executa a ação”, não esclarece quem, no discurso, desconhece o sujeito (agente) que ‘executa a ação’: autor/falante ou leitor/ouvinte?

Ainda com relação à classificação do sujeito, assim como Cegalla (2007), que classifica o sujeito com base nos conceitos semânticos de agente e paciente, Cunha (1986, p. 143) fala da “atitude do sujeito”. De acordo com o autor, “quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com referência ao processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo”.

Embora não faça alusão ao termo “semântica”, Cunha (1986, p. 143) parece reconhecer a pertinência de uma distinção entre os critérios morfosintáticos e semânticos ao separar “a representação do sujeito” e a “atitude do sujeito”. Entretanto, o objetivo não

é diferenciar estrutura e sentido, mas – assim como Cegalla (2007) ao elencar os tipos de sujeito – Cunha (1986, p. 144) pretende diferenciar as construções sintáticas (ativa e passiva), como se vê no seguinte comentário: “Neste exemplo: ‘O menino doente era penteado pela madrinha’. A ação não é praticada pelo sujeito – *o menino*, mas pelo agente da passiva – *a madrinha*. O sujeito, no caso, sofre a ação; é dela o paciente”.

O que se constata é que na definição e na classificação de sujeito, especialmente na classificação do sujeito indeterminado, Cunha (1986) e Cegalla (2007) misturam critérios sintáticos e semânticos e desconsideram a pragmática.

Em *Nossa Gramática*, Sacconi (2008, p. 358) afirma ser o sujeito “o ser ou aquilo a que se atribui a ideia contida no predicado” e observa que a frequente definição de que *o sujeito é o ser de que se declara algo* é falha, em suas palavras:

“A definição [...] se afigura um tanto quanto falha, porque não leva em consideração as orações interrogativas, imperativas e optativas, além de existirem sujeitos que não são seres, mas estados, qualidades, fatos ou fenômenos.” (SACCONI, 2008, p. 358).

Ao elencar as três classificações de sujeito, o gramático ressalta que, assim como proposto pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), considera as seguintes formas de sujeito: simples, composto e indeterminado. A partir do exemplo “(Nós) Estamos felizes”, ele observa que a NGB acertadamente aboliu o termo oculto, já que a própria desinência verbal deixa claro o sujeito: *nós*, contrariando, assim, Cunha (1986) e Cegalla (2007).

Ao classificar o sujeito sintático como simples (explícito ou implícito) ou composto, Sacconi (2008, p. 359) apresenta apenas possibilidades de codificação do sujeito. Já ao definir o chamado sujeito indeterminado, o autor lança mão de critério

pragmático: “Indeterminado: quando a identidade do sujeito é desconhecida realmente ou escondida propositalmente”; (grifo nosso) e semântico “Ignora-se não só a identidade, mas também o número de agentes”. (grifo nosso)

Assim como a definição de indeterminação do sujeito dos demais autores aqui apresentada, assinala-se um referente de 3ª pessoa desconhecido. A definição aponta para uma ‘identidade desconhecida ou escondida’ do sujeito. A questão é saber – como já discutido em Cunha (1986) e em Cegala (2007) – para quem a identidade do sujeito é desconhecida ou escondida: para o falante ou para o ouvinte?

Além disso, Sacconi (2008) afirma que o sujeito indeterminado ‘não existe’, ou seja, não está lexical ou gramaticalmente explicitado, mas implícito na oração. Contrariando Cunha (1986) e Cegalla (2007), o autor afirma que o sujeito oculto não existe na 1ª e 2ª pessoa do singular ou do plural, mas o admite na 3ª pessoa do singular e do plural.

Sacconi (2008) não deixa claro por que desconsidera apenas a ‘ocultação do sujeito’ em relação às 1ª e 2ª pessoas. Como veremos no próximo capítulo, a questão não gira em torno da marcação explícita (sujeito simples e composto) ou implícita (oculto e indeterminado) do sujeito gramatical. Tal discordância deve-se ao fato de os autores aqui apresentados como representativos da GN desconsiderarem os interactantes do discurso.

Ainda que não faça a distinção discursiva entre pessoa (1ª e 2ª) e não-pessoa (3ª) do discurso², Sacconi (2008, p. 360) demonstra o reconhecimento de diferentes critérios de análise, no caso, sintáticos e semânticos:

² Segundo Benveniste (1976), a distinção entre os pronomes de pessoa (1ª e 2ª pessoa) e os de não pessoa (3ª pessoa) demonstram a ‘presença do homem na língua’. Em outras palavras, os pronomes de 1ª e 2ª pessoa refere-se às pessoas do discurso: o locutor, o interlocutor (eu, tu, nós, vós – você e vocês, apesar de serem considerados pronomes de 3ª pessoa, possuem a função de 2ª pessoa). Os pronomes de 3ª pessoa estão relacionados aos referentes — aos elementos extralinguísticos de que se fala.

Convém lembrar que fazer análise sintática significa analisar todos os elementos estruturais da oração, em relação aos demais. O problema da identidade do agente pertence muito mais ao terreno da lógica que ao da sintaxe. Caso contrário, teríamos de ver como indeterminado o sujeito desta oração: *Um mascarado roubou o Banco*.

Apesar de o gramático, ao falar sobre a definição de sujeito indeterminado, reconhecer a importância de se distinguir os níveis de análise sintática e lógica (semântica), não reconhece tal distinção ao falar sobre sujeito agente e paciente. Assim como em Cegalla (2007) e Cunha (1986), a noção de agente e paciente serve apenas para diferenciar as construções sintáticas – ativa e passiva.

Como se pôde ver, a partir da análise das definições e classificações de sujeito e de alguns exemplos de autores representativos dos estudos tradicionais do português brasileiro, a mistura de critérios empregados dificulta o entendimento do termo. Nesses estudos, a dimensão pragmática do discurso, tão cara aos estudos funcionalistas, não parece ser relevante e a relação de prioridade é invertida: a sintaxe, que deveria ser considerada instrumental em relação à semântica, é dada como prioritária em relação a ela; e a pragmática, desconsiderada.

1.2. ESTUDOS DESCRITIVOS SOBRE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Embora variados, os trabalhos sobre a indeterminação do sujeito em português comumente partem de críticas feitas à Gramática Normativa (GN) e, em seguida, investigam as estratégias – além das formas canônicas apresentadas pela GN – para marcar

a indeterminação do sujeito na fala e na escrita, registrando e descrevendo recursos de indeterminação (*eles, nós, a gente, você, o cara, o sujeito, -se...*). Em parte dos trabalhos, notadamente de perspectiva sociolinguística (SOUZA, 2007; CARVALHO, 2011; SANTANA, 2011), o objetivo maior é mostrar que estão em uso muito mais formas de indeterminação do sujeito do que prescreve a GN, sendo, portanto, a indeterminação um processo de recursos variados constituídos de um inventário aberto de expressões que tenham por efeito a generalização da referência do sujeito, em uma perspectiva orientada para a interpretação do destinatário.

É significativa também a produção de trabalhos – tanto de orientação diacrônica (FUGGION, 2008) quanto sincrônica (RUMEU, 2011) – cujo objetivo comum é identificar e analisar casos de indeterminação em português escrito.

De maneira geral, os trabalhos analisam mais de uma forma de indeterminação, mas são expressivos os que visam ao estudo comparativo das tradicionalmente denominadas voz passiva analítica e voz passiva sintética (HAWAD, 2002).

Embora de diferentes linhas teóricas, os trabalhos mencionados apresentam certa homogeneidade ao definirem o “sujeito indeterminado”. Isso porque, ainda que reconheçam a importância do discurso como constitutivo da linguagem, atribuem centralidade às relações sintático-semântica e consideram os aspectos pragmáticos **envolvidos** no fenômeno da indeterminação do sujeito – e não por eles **determinados**.

Com o propósito de investigar o recurso de indeterminação do sujeito por meio do pronome *eles* na fala de belorizontinos, Souza (2007) analisa, do ponto de vista da sociolinguística, as formas nulas e plenas do pronome de 3ª pessoa no masculino plural em contextos em que expressa indeterminação do sujeito. Embora a autora defina a indeterminação como “um recurso que permite a não especificação do sujeito de forma precisa, quer seja ele agente ou experienciador da ação verbal” (p. 19), recorre comumente

à expressão “sujeito de referência arbitrária” (sem referente explícito) como sinônima de sujeito indeterminado.

A autora reconhece a importância da intencionalidade do falante – “um recurso que permite [*ao falante*] a não especificação do sujeito” (SOUZA, 2007, p. 19) –, mas apresenta o “sujeito indeterminado” como um fenômeno linguístico de base semântica, ao se embasar na “referencialidade” ou não do sujeito. No entanto, e como se verá no Capítulo 2, a indeterminação do sujeito é um fenômeno de base pragmática. A referência indeterminada, como observam Hengeveld e Mackenzie (2008), é um conceito pragmático e diz respeito à indicação de o próprio falante poder/querer ou não identificar um referente.

Em Carvalho (2011), o tipo de indeterminação estudado são as chamadas formas nominais (*o cara, o sujeito, o pessoal*, entre outras). O trabalho, também de cunho sociolinguístico, busca apresentar outras formas possíveis de codificação explícita de indeterminação do sujeito. Em seu estudo, o autor apoia-se na seguinte definição:

Para mim, indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralinguístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e, em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. [...] (MENON, 2006, p. 129, *apud* CARVALHO, 2011, p. 2).

Embora tome como base a clara e coerente definição de Menon (2006) sobre a indeterminação do constituinte sujeito, Carvalho (2011) atém-se, como ele mesmo afirma, a registrar e a descrever formas nominais de indeterminação do sujeito. O objetivo do autor não é analisar como essas estratégias funcionam. Em Carvalho (2011), estratégia não se afigura como intencionalidade do falante – como apontado pelo trabalho de cunho

sociolinguística de Menon (2006) –, mas como forma de codificação morfossintática realizada pelo falante para expressar indeterminação do sujeito.

Ainda no âmbito da sociolinguística, o trabalho de Santana (2011) analisa os graus de indeterminação da referência do sujeito no uso das formas pronominais *nós*, *a gente*, *você* e *eles*. Apoiada nos estudos de Cunha (1993), Santana (2011) observa que a indeterminação cresce à medida que deixam de existir elementos no contexto que permitam a interpretação do pronome. Desta forma, o grau de indeterminação será maior ou menor de acordo com a dependência da interpretação em relação ao contexto:

O falante utiliza preferencialmente a forma *você*, quando a indeterminação é completa, envolvendo indistintamente as três pessoas do discurso. O falante utiliza as formas *a gente* e *nós*, quando a indeterminação é parcial com referência implícita, pois ao usar estas formas, de modo geral, ele está se referindo a ele mesmo e as pessoas da comunidade. A forma *eles* é utilizada quando a indeterminação é parcial com referência explícita, pois ao usar esta forma, é possível identificar, através de elementos do texto, o grupo a que o falante está se referindo. (SANTANA, 2011, p. 8)

A autora conclui que a indeterminação é um fenômeno linguístico explicável essencialmente em nível semântico, visto que o que se indetermina é a referência do sujeito.

Como se vê, ainda que a indeterminação esteja condicionada à situação de interlocução (os interlocutores - 1ª e 2ª pessoa - e entidades a que os interlocutores se referem - 3ª pessoa), aqui, mais uma vez, o que se indetermina é a ‘referência semântica’ do sujeito.

Tal noção de ‘referência’, entretanto, nada tem a ver com o poder/querer (ou não) do falante de indeterminar o sujeito. A perspectiva adotada por Souza (2007), Carvalho

(2011) e Santana (2011) é orientada para a interpretação do destinatário. A indeterminação da ‘referência’ do sujeito, nesses três trabalhos, aponta para o ponto de vista do receptor, ou seja, é o receptor que não consegue ‘determinar’ o sujeito.

É preciso enfatizar que *referência* para o presente trabalho é um conceito pragmático – ‘referência pragmática’. É no discurso que o falante (in)determina o sujeito. O que o destinatário tem é a representação de um sujeito; é a designação semântica que pode ser determinada (ou não) pelo falante. É essa ‘designação semântica’ que é definida nos estudos aqui apresentados como ‘referência semântica’.

Assim como os trabalhos de cunho sociolinguístico, os de perspectiva funcional analisados também se centram na recepção, ou seja, no entorno de como as formas de indeterminação marcadas na língua portuguesa são interpretadas após a codificação morfossintática.

Na linha de estudos da Sintaxe Funcional e Linguística Histórica, encontra-se o trabalho de Fuggion (2008), que busca identificar e analisar casos de indeterminação manifestada por marcas morfossintáticas e lexicais previamente definidas pela autora, no português escrito, em diferentes séculos.

Em sua análise, apresenta o que ela denomina “sujeito indeterminado decifrável” como exemplificativo da possibilidade de se determinar um sujeito, em princípio, indeterminado: “No Sermão do Bom Ladrão, parágrafos inteiros mantêm a terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, indicando indeterminação, embora seja possível inferir os agentes das ações hipotéticas: são os governadores nomeados das províncias” (FUGGION, 2008, p. 87). Ao denominar esse tipo de sujeito como ‘decifrável’, vê-se claramente que a autora, a exemplo das definições até aqui estudadas, apresenta uma perspectiva orientada para a interpretação do destinatário.

Rumeu (2011), da linha sócio-funcionalista, descreve e analisa as estratégias de indeterminação do sujeito na produção escrita das imprensas lusitanas e brasileiras da contemporaneidade. A autora define “estratégias de indeterminação” como formas possíveis de se marcar a indeterminação do sujeito. Mais uma vez, o objetivo maior é mostrar que estão em uso muito mais formas de indeterminação do sujeito do que prescreve a GT. Novamente os aspectos pragmáticos apresentam-se envolvidos e não determinados pelo fenômeno da indeterminação do sujeito.

No quadro da abordagem sistêmico-funcional, Hawad (2002) analisa as semelhanças e as diferenças semânticas entre as estruturas gramaticais tradicionalmente denominadas “voz passiva analítica” e “voz passiva sintética” (ou “pronominal”). A autora examina a ocorrências dessas estruturas em gêneros textuais da esfera jornalística (artigos, editoriais e notícias). O trabalho reconhece que o falante tem razões específicas para optar por uma ou outra construção passiva, mas pauta-se em diferenças semânticas (sujeito-paciente) para justificá-las.

Hawad (2002) trata a pragmática como conceito determinante na diferenciação entre voz passiva sintética e voz passiva analítica ao apontar que a tematização é a principal motivação para o uso da voz analítica. Quanto à voz passiva sintética, a autora indica o uso dessa forma como a indefinição máxima das pessoas envolvidas no discurso, já que, nesse caso, a inclusão do falante e do ouvinte no estado de coisas expresso é vaga. Desse modo, assinala que o traço fundamental da indeterminação do sujeito é a neutralização da oposição de pessoa e não o fato de o falante querer/poder indeterminar um referente.

Do que foi exposto nesta seção, pode-se, considerar que os estudos aqui analisados assumem a semântica como critério determinante no fenômeno da indeterminação do sujeito, ainda que levem em consideração os aspectos pragmáticos. O fato de esses estudos

terem objetivos bastante específicos e, via de regra, debruçarem-se sobre um aspecto da indeterminação do sujeito, resulta, naturalmente, em uma visão aprofundada, mas parcial do fenômeno.

Nesse sentido, cabe verificar como algumas gramáticas descritivas recentemente publicadas tratam a indeterminação do sujeito, na expectativa de que, por tratarem da indeterminação como um elemento dentro do sistema gramatical da língua, essas gramáticas apresentem uma visão mais abrangente da indeterminação do constituinte sujeito. Para tanto, analisamos as obras de Perini (2010), Castilho (2010) e Neves (2000). O que se observa, no entanto, é que o ponto de vista do analista novamente delimita a descrição do fenômeno.

Em sua *Gramática Descritiva do Português*, Perini (2001) afirma explicitamente que expõe em seu livro uma análise sintática e não semântica. O autor define o sujeito como “um constituinte que se harmoniza com o núcleo do predicado em número e pessoa” (p. 76) ou, como “o termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado” (p. 77). Já em sua obra *Gramática do Português Brasileiro*, Perini (2010) observa que a ênfase desse novo trabalho é na sintaxe e na semântica e dedica um capítulo inteiro à descrição da indeterminação com ênfase na categoria sintática de sujeito.

De acordo com Perini (2010, p. 83), a “indeterminação é o fenômeno que consiste em entender mais ou menos esquematicamente a referência de um sintagma” e observa que a indeterminação não se restringe ao sujeito. A partir do exemplo “A menina já comeu”, o autor observa que a não especificação do que foi o que a menina comeu, dada a sua possível irrelevância, configura-se como objeto indeterminado.

Ainda de acordo com Perini (2010), a indeterminação também é marcada com a supressão do complemento de uma construção passiva, como em “Meu carro foi depredado”, em que se escamoteia totalmente o agente, e o paciente aparece na função

sujeito. Também a construção ergativa deixa o gente (e não o sujeito) indeterminado: “A vidraça quebrou” (PERINI, 2010, p. 84). Essas e outras exemplificações apontadas pelo autor demonstram clareza na distinção entre sintaxe (função sujeito) e semântica (traço Agente), mas a pragmática é ainda desconsiderada.

Castilho (2010, p. 289) reconhece a natureza tríplice do sujeito: “o sujeito sintático, o sujeito discursivo e o sujeito semântico”. O autor descreve as propriedades sintáticas do sujeito (codificação preferencial por sintagma nominal, preferência por posição anterior ao verbo, determinação da concordância com o verbo, possibilidade de pronominalização por *ele* e de codificação desinencial), as propriedades discursivas (a constituição do tema-sujeito por derivação do rema), e as propriedades semânticas (traços de agentividade, animacidade, referencialidade (definida e indefinida) e de (in)determinação).

A indeterminação é aqui apresentada como critério semântico. De acordo com Castilho (2010, p. 298) “a propriedade semântica mais explorada na Gramática Tradicional é a indeterminação do sujeito”. Embora reconheça que “nenhuma classe possível de figurar como sujeito será intrinsecamente determinada ou indeterminada” e que, portanto, “o sujeito indeterminado só pode ser validado no texto”, desconsidera o contexto situacional e a relação interlocutiva criada nestes textos.

Como já observado, é a intenção comunicativa do falante que controla a escolha de cada enunciado. E essa intenção depende também do contexto situacional em que o falante se insere (NEVES, 2000).

Admitindo-se as definições, normativas e descritivas, como explicar o uso da forma *você* em uma construção como “Se você for viajar, é bom fazer uma revisão no carro”? (anúncio publicitário). O que significa, em uma relação de interlocução, a escolha pela forma *você*?

De acordo com Neves (2000, p. 463), além de representar o papel do discurso na oração, um pronome de tratamento como *você* também pode indicar uma “referenciação genérica” – rótulo apresentado pela autora. No caso de “Se você for viajar...”, o pronome *você* pode tanto ter um sentido específico para fazer referência à 2ª pessoa do discurso quanto um sentido generalizante referindo-se a qualquer pessoa ou às pessoas que, de maneira geral, pretenda(m) viajar.

Os estudos descritivos de Neves (2000) e Castilho (2010) somam-se a muitos outros trabalhos funcionalistas de descrição do português que vêm assinalando a importância do discurso no estudo dos fatos linguísticos. No caso específico do estudo aqui empreendido, entendemos que uma análise da indeterminação do sujeito não deve se limitar ao nível da morfossintaxe, mas deve considerar a semântica e, especialmente, a pragmática para que seja possível chegar a uma definição mais precisa, razão pela qual assentamos nossa análise nos fundamentos da Gramática Discursivo-Funcional, como se verá no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O ‘SUJEITO GRAMATICAL’ NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

A Gramática Discursivo-Funcional - GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) é a sucessora da Gramática Funcional (GF – DIK, 1997a, 1997b). Embora a GDF compartilhe muitos dos pressupostos teóricos da GF, ela consolida-se como uma teoria autônoma que destaca a influência dos aspectos discursivos sobre a forma linguística. A GDF, entretanto, não é uma gramática do discurso, não é uma teoria que descreve a organização do discurso, mas um modelo de gramática que codifica intenções e conceitualizações. “A GDF procura entender como unidades linguísticas são estruturadas em termos da realidade que elas descrevem e das intenções comunicativas com as quais elas são produzidas e molda isso em uma implementação dinâmica da gramática” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

Para subsidiar a análise da expressão do constituinte *sujeito*, um resumo geral da teoria da GDF é apresentado a seguir. Primeiro, a GDF é localizada dentro do contexto mais amplo de uma teoria de interação verbal. A seguir, o Componente Gramatical é descrito de uma forma mais detalhada. Após a apresentação do modo como “o sujeito gramatical” é tratado na GDF, são definidos os conceitos operacionais básicos desta pesquisa, a saber, os de determinação, indeterminação e indefinição.

2.1 A GDF E A INTERAÇÃO VERBAL

A GDF é concebida como o componente gramatical de uma teoria mais ampla de interação verbal. A Figura 1 mostra como os três componentes não-gramaticais (Conceitual, Contextual e de Saída) do modelo de interação verbal se relacionam com o Componente Gramatical.

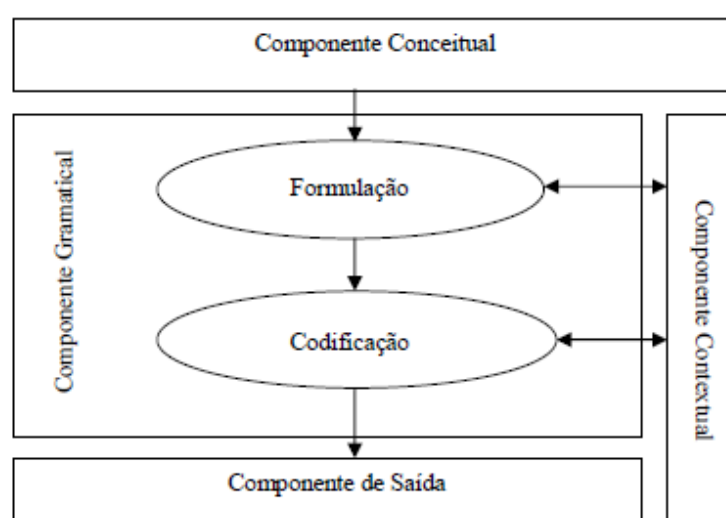


Figura 1. A GDF como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal

A interação se dá por meio das operações de Formulação e de Codificação. A Formulação diz respeito às regras que determinam a representação pragmática e semântica subjacente a uma língua, enquanto a Codificação diz respeito às regras que convertem as representações abstratas em representações morfosintáticas e fonológicas.

O Componente Conceitual é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala, quanto das conceitualizações associadas relativas a eventos extralinguísticos relevantes, sendo esse componente a força motriz por trás do Componente Gramatical como um todo. O Componente Contextual contém a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em

que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes. Como se vê na Figura 1, o Componente Contextual também recebe *input* do Componente Gramatical por meio das operações de Formulação e de Codificação, armazenando informações sobre as intenções comunicativas e sobre aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos da expressão linguística. Em outras palavras, uma vez introduzida no discurso uma entidade, de qualquer nível da gramática, essa entidade passa a fazer parte do Componente Contextual. A anáfora é um fenômeno que ilustra claramente a relação entre o Componente Gramatical e o Contextual: por meio da referência anafórica, antecedentes que fazem parte do Componente Contextual são retomados no Componente Gramatical. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas como base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. Um exemplo de atuação do Componente de Saída na fala é a representação por meio de pausas das fronteiras entre unidades linguísticas ou entre enunciados. Esses componentes não-gramaticais englobam todos os aspectos linguisticamente relevantes de cognição, memória e articulação. É por meio dessas ligações que a extensão da variação linguística e suas limitações podem ser entendidas como reflexo das capacidades humanas gerais, mentais e físicas.

2.2 A ARQUITETURA DA GDF

A arquitetura geral da GDF, Figura 2, a seguir, apresenta uma descrição detalhada da estrutura do Componente Gramatical e mostra de uma forma mais específica como ele interage com os outros três componentes não-gramaticais:

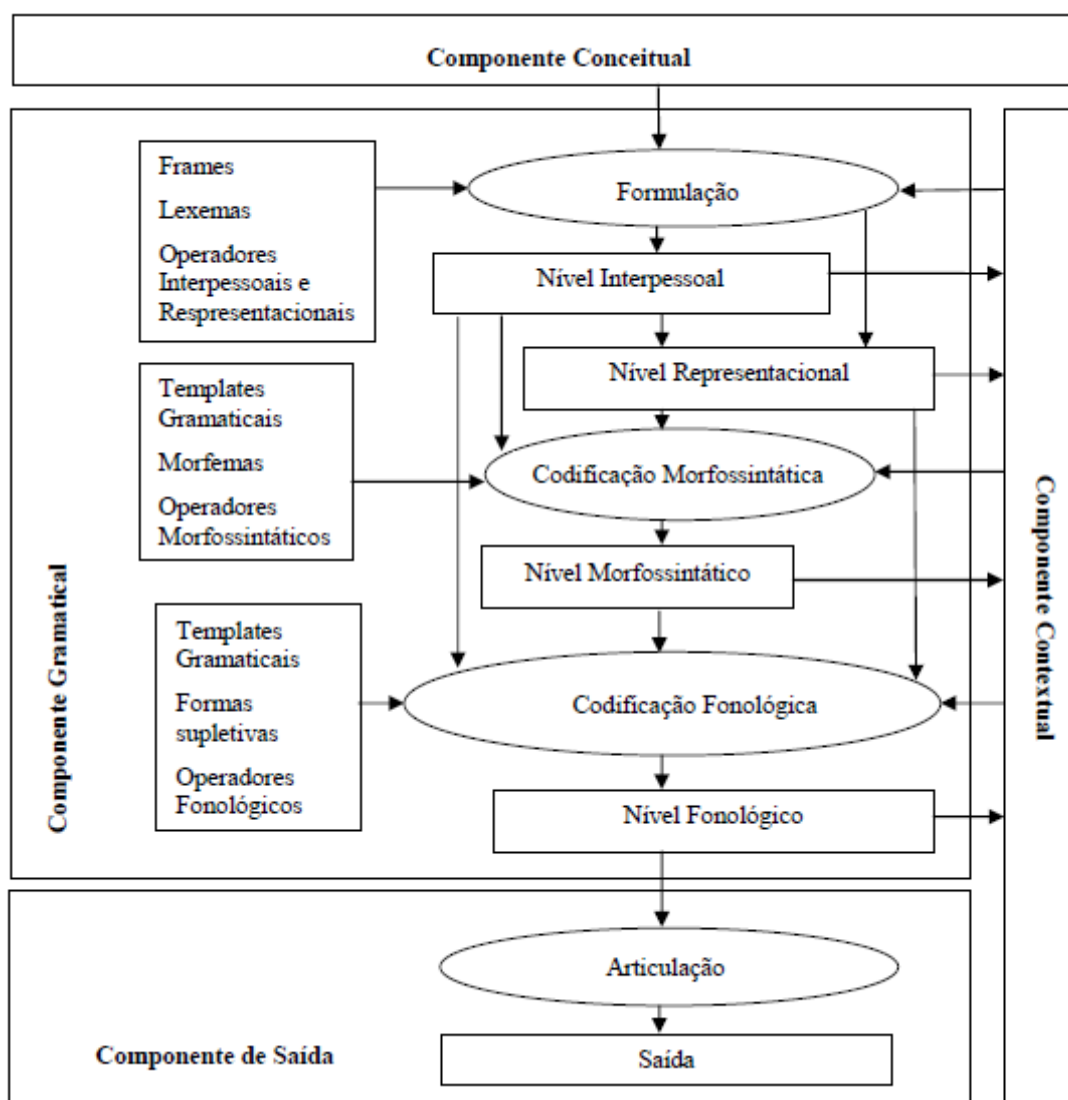


Figura 2. Esquema Geral da GDF

A GDF se distingue de outras teorias linguísticas de orientação estrutural e funcional por vários fatores, entre os quais, o reconhecimento da organização linguística em progressão *top-down*, ou seja, do discurso para as unidades menores, ou ainda, começa com a intenção do Falante e se desenvolve até a articulação. Essa direção é motivada pela suposição de que um modelo de gramática será mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico no indivíduo. Estudos psicológicos mostram claramente que a produção de linguagem é, de fato, um processo descendente (LEVELT,

1989). A implementação da GDF reflete esse processo e é organizada de acordo com ele. A GDF, no entanto, não é um modelo do Falante, mas uma teoria sobre a gramática que tenta refletir as evidências psicolinguísticas em sua arquitetura básica.

Como consequência dessa perspectiva *top-down* da organização linguística é possível descrever unidades de discurso tanto maiores quanto menores que as orações, que são consideradas apenas uma das opções disponíveis para que o Falante atue discursivamente, ou seja, podem ser descritos fenômenos de constituição gramatical interpretáveis em termos de unidades maiores que a oração simples (ou menores do que ela).

Na Figura 2, as elipses contêm operações, os quadrados contêm os primitivos usados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações. O processo geral de cima para baixo pode ser descrito com base no exemplo (9), oferecido pelos próprios autores da GDF, produzido em um contexto no qual Falante e Ouvinte querem entrar em uma pastagem onde há um touro:

- (9) Há um touro no pasto!
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 43)

No Componente Conceitual pré-linguístico, uma intenção comunicativa (emissão de um alerta) e as representações mentais correspondentes (do evento causador do perigo) são relevantes. A operação de Formulação traduz essas representações conceituais em representações semânticas e pragmáticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. Alertas não são uma categoria ilocucionária separada em português, mas o Falante resolve esse problema selecionando uma ilocução declarativa combinada com um operador de ênfase no Nível Interpessoal. A entidade causadora do perigo, além disso, é caracterizada como Tópico Focal nesse nível. No Nível Representacional, o Falante

escolhe designar a entidade causadora do perigo como parte de um esquema de predicação locativo. As configurações dos Níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas, no Nível Morfossintático, por meio da operação de Codificação Morfossintática. Em (9), essa operação envolve, por exemplo, a ordem de palavras característica de construções existenciais, o uso unipessoal do verbo *haver*, etc. De maneira semelhante, as estruturas nos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico. Nesse exemplo, a seleção da ilocução declarativa combinada com o operador de ênfase é responsável por todo o contorno entonacional com uma queda brusca no elemento focalizado touro. Ao organizar o Componente Gramatical do modo como ilustramos aqui, a GDF leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico: dentro da organização *top-down* da gramática, a pragmática comanda a semântica, a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe comandam a fonologia.

O Nível Fonológico de representação é o *input* para a operação de Articulação, que possui as regras fonéticas necessárias para uma expressão adequada. A Articulação ocorre fora da gramática propriamente dita, no Componente de Saída.

O Componente Contextual é alimentado pelos vários níveis de representação dentro da gramática, permitindo referência posterior a vários tipos de entidades relevantes em cada um desses níveis, uma vez que eles sejam introduzidos no discurso. As operações de Formulação e Codificação são alimentadas pelo Componente Contextual, de modo que, por exemplo, a disponibilidade de antecedentes pode influenciar a composição de Atos Discursivos (subsequentes).

O modelo, descendente, da GDF divide-se em níveis hierárquicos, a saber: o Interpessoal (ou pragmático), o Representacional (ou semântico), o Morfossintático (ou gramatical) e o Fonológico (o articulatório).

2.2.1 O Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal representa uma unidade linguística em termos de sua função comunicativa. Ele capta todas as distinções da Formulação que dizem respeito à interação entre Falante e Ouvinte, como noções retóricas da estruturação do discurso e distinções pragmáticas que revelam como os Falantes constroem suas mensagens tendo em vista as expectativas do Ouvinte. Somente as distinções interpessoais refletidas na forma linguística são descritas no Nível Interpessoal. Não só no Nível Interpessoal, mas em qualquer nível de análise da GDF, só são consideradas distinções gramaticalmente relevantes.

As unidades de organização previstas para o Nível Interpessoal, em uma ordem hierárquica decrescente quanto ao escopo, são as seguintes: Movimento (M_1) > Ato Discursivo (A_1) > Ilocução (F_1), Participantes - Falante e Ouvinte (P_1) (P_2) -, Conteúdo Comunicado (C_1) > Subato de atribuição (T_1), Subato de referência (R_1).

2.2.2 O Nível Representacional

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), as unidades do Nível Representacional são descritas em termos das categorias semânticas que elas designam. O termo

“semântico” abrange o modo como as línguas se relacionam com o mundo extralinguístico descrito e os significados de unidades lexicais e de unidades complexas isolados do modo como são usadas na comunicação. A distinção das unidades do Nível Representacional é feita em termos das categorias ontológicas designadas, as “categorias semânticas”. O critério para a distinção dessas categorias está relacionado às configurações morfossintáticas semanticamente baseadas que são permitidas nas línguas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p. 131).

Em uma ordenação hierárquica decrescente quanto ao escopo, estão previstas para a organização do Nível Representacional as seguintes camadas: Conteúdo Proposicional (p) > Episódio (ep) > Estado-de-coisas (e) > Propriedade Configuracional (f) > Propriedade lexical > Indivíduos (x).

2.2.3 O Nível Morfossintático

A tarefa do Nível Morfossintático é tomar o *input* do Nível Interpessoal e o *input* do Nível Representacional e fazê-los emergir em uma única representação estrutural que será convertida em uma construção fonológica no nível seguinte, este que, afinal, será o articulador, o Componente de Saída de todo o modelo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p. 282). A estrutura *input* oferece a informação à qual o Nível Morfossintático aplica os seus próprios princípios de organização.

O Nível Morfossintático é, portanto, apenas o codificador das informações semânticas e pragmáticas. A funcionalidade desse nível reside no fato de que ele ajuda o interlocutor a interpretar as relações de escopo (que envolve iconicidade), os limites de domínio (que se relaciona à integridade de domínio), e as funções pragmáticas, semânticas

e sintáticas (que operam uma estabilidade funcional). É o nível das operações relacionais, ou seja, ele estabelece os arranjos gramaticais que exteriorizam informações semânticas e pragmáticas, sem acrescentá-las ou subtraí-las.

Em uma ordenação hierárquica decrescente quanto ao escopo, na estruturação do Nível Morfossintático estão previstas as seguintes camadas: Expressão linguística (Le_1) > Oração (Cl_1) > Sintagma (Xp_1) > Palavra (Xw_1) > Base (Xs_1) > Afixo (Aff_1).

2.2.4 O Nível Fonológico

Na Codificação, o Nível Fonológico é a parte complementar ao Nível Morfossintático. As representações fonológicas servem de *input* para o Componente de Saída (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008. p, 421), e, o componente fonológico, por sua vez, recebe *input* dos outros três níveis (Interpessoal, Representacional e Morfossintático).

No Nível Fonológico, em uma organização hierárquica decrescente, de um escopo mais alto para um escopo mais baixo, estão previstas as seguintes camadas: Enunciado (U_1) > Frase Entoacional (IP_1) > Frase Fonológica (PP_1) > Palavra fonológica (PW_1) > Pé (F_1) > Sílabas (S_1).

O modelo de gramática esboçado na GDF por Hengeveld e Mackenzie (2008) é adequado para explicar a codificação do “sujeito gramatical” e entender como a indeterminação se dá, porque faz uma distinção minuciosa entre os níveis de representação subjacente das expressões linguísticas: interpessoal, representacional, morfossintático e

fonológico. Esta distinção contempla uma organização hierárquica rígida entre esses níveis e prioriza uma análise que contempla a integração entre os componentes contextual, conceptual e gramatical da linguagem.

De acordo com Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 9), esse modelo assume que a intenção do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo. Uma dessas facetas constituiu o Componente Contextual o qual contém dois tipos de informações: a informação imediata (de curto prazo) recebida do componente gramatical relativa a um enunciado particular que é relevante para a forma que os enunciados subsequentes assumem e as informações de longo prazo sobre a interação corrente que é relevante para as distinções que são requeridas na língua em uso e que influenciam a formulação e a codificação nessas línguas.

De acordo com Pezatti (2012, p. 113), “em termos gerais, esses dois tipos de informação podem ser equacionados com as dimensões ‘texto’ e ‘discurso’ respectivamente.” Em sentido amplo, essas informações também correspondem à distinção de ‘forma’ e ‘conteúdo’ proposta por Hengeveld (2008) como parte do componente contextual do modelo da GDF.

Na GDF, fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo etc. são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do falante e, nesse sentido, o contexto deve ser visto como um nível de descrição. O contexto, no entanto, deve restringir-se ao que é relevante para propósitos particulares de interação comunicativa.

Desse modo, a GDF permite uma descrição do “sujeito gramatical” e de suas possibilidades e contextos de indeterminação além dos limites oracionais, operando com dimensões discursivas maiores e priorizando o componente discursivo-pragmático.

2.3 O ‘SUJEITO GRAMATICAL’ NA GDF

A GDF faz uso do termo “sujeito” apenas ao tratar da constituição sintática de expressões linguísticas. Embora se reconheça ser essa uma categoria do Nível Morfossintático, buscar-se-á, por meio de exemplos, ver quais unidades interpessoais e representacionais correspondem a essa codificação.

2.3.1. O “sujeito gramatical” no Nível Interpessoal

Após a apresentação do Nível Interpessoal, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 46) passam a descrever as relações hierárquicas que se aplicam a esse Nível. A descrição é iniciada pela maior unidade de interação relevante para a análise gramatical, o Movimento. Segue-se a observação de que o Movimento é sempre representado por um ou mais Atos Discursivos os quais consistem de, no máximo, quatro diferentes tipos de unidades: a Ilocução (F), os Participantes da ocorrência de fala P_1 e P_2 e o Conteúdo Comunicado (C), que contém a totalidade do que o Falante deseja evocar na sua comunicação com o Ouvinte. Cada Conteúdo Comunicado consiste de um ou mais Subatos, que podem ser de dois tipos: Subatos Atributivos (T), por meio dos quais o Falante evoca propriedades, e Subatos Referenciais (R), por meio dos quais o Falante evoca um referente. Dentro de todo Ato, duas posições são obrigatórias: (F_1) para a Ilocução e (P_1) para o Falante.

A análise do exemplo (10), a seguir, mostra como as unidades do Nível Interpessoal são representadas:

(10) Pedro ama Maria.

Em (10), há um Ato com uma Força Ilocucionária Declarativa. Os Participantes P_1 e P_2 não são especificados. O Conteúdo Comunicado contém três Subatos: um Subato Atributivo (T_I) e dois Subatos Referenciais ((R_I) e (R_J)). O único Subato Atributivo de (10), expresso pelo verbo *ama*, aparece no Nível Interpessoal apenas como (T_I), uma vez que a atribuição é executada por meio da seleção de um item lexical no Nível Representacional. Os dois Subatos Referenciais, por outro lado, são preenchidos no Nível Interpessoal, (+id R_I : Pedro (R_I)) e (+id R_J : Maria (R_J)). Isso acontece porque, nos dois casos, os Subatos contêm nomes próprios, que não têm conteúdo semântico e, conseqüentemente, vão ser sempre representados no Nível Interpessoal, e não no Representacional. Nos dois casos, os referentes são marcados pelo operador “+id” como identificáveis pelo Ouvinte; em outras palavras, em (10), ao se referir a Pedro e a Maria, o Falante assume que o Ouvinte pode identificar tais referentes (HENGEVELD; MACKEZIE, 2008, p. 110).

No exemplo a seguir, pronomes são usados no lugar dos nomes próprios:

(11) Eu o amo.

Em (11), a representação de cada Subato de Referência é um pouco diferente. O primeiro Subato se refere a um Participante do Ato de Fala, primeira pessoa do singular, e é representado da seguinte forma: (+id R_I : [+S, -A] (R_I)). Em outras palavras, esse Subato contém um referente identificável pelo Ouvinte (+id), que envolve o Falante (+S) e não envolve o Ouvinte (-A). O segundo Subato, que se refere à terceira pessoa do singular, é representado como (+id R_J : [-S, -A] (R_J)). Nesse caso, o referente também é identificável pelo Ouvinte (+id), mas não envolve o Falante (-S) nem o Ouvinte (-A).

Nesse Nível, as unidades hierárquicas que correspondem ao “sujeito” da GT são a dos Participantes e a dos Subatos Referenciais. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008. p. 84), “os Participantes da interação (P₁) e (P₂) se alternam como Falante e Ouvinte; tais papéis são indicados como funções, semelhantes às funções semânticas de Agente e de Recipiente, respectivamente.”³

Por sua vez, a correspondência entre o *sujeito* da GT e o Subato Referencial parece ocorrer por o Subato Referencial representar a evocação de um referente por parte do Falante, que poderá corresponder a funções especiais como a de Tópico, Foco ou Contraste de um Ato Discursivo em português.

A GDF reconhece (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 99) três funções pragmáticas, que são atribuídas apenas quando relevantes (ou seja, onde elas têm um impacto sobre a forma linguística). A função de Foco sinaliza a seleção estratégica de novas informações que o Falante faz, seja para preencher uma lacuna na informação do Ouvinte, seja para corrigir essa informação. O segmento de Conteúdo Comunicado ao qual não se atribuiu a função de Foco constitui o Fundo. A função de Tópico é atribuída a um Subato que tem uma função especial dentro do Ato Discursivo, a de sinalizar como o Conteúdo Comunicado se relaciona com o registro gradualmente construído no Componente Contextual. O segmento ao qual não se atribuiu a função de Tópico constitui o Comentário. Uma terceira função pragmática é a de Contraste (em oposição à Sobreposição), que sinaliza o desejo do Falante de evidenciar as diferenças entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e uma informação disponível no contexto. As três funções podem, em princípio, ser combinadas entre si.

As funções pragmáticas (Tópico, Foco e Contraste) podem coincidir com um Subato Referencial cuja marcação morfossintática seja a de sujeito.

³ The two Participants in the interaction, (P1) and (P2), alternate as Speaker and Addressee. Speaker and Addressee are therefore functions, akin to the semantic functions Agent and Recipient respectively.

Ainda dentro do Ato Discursivo, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 109), o Subato de Atribuição (T_1) representa a tentativa do Falante de evocar uma propriedade. Apesar da palavra ‘atribuição’, não é necessário que o Falante esteja, de fato, atribuindo uma propriedade a um referente: proferindo (12), por exemplo, o Falante está evocando somente uma propriedade meteorológica sem evocar nenhum tipo de referente; *chover* não está sendo ‘atribuído a’, mas simplesmente ‘descrito’.

(12) Está chovendo.

O Subato de Referência (R_1), por sua vez, ocorre quando o Falante tenta evocar um referente, proferindo coisas do tipo: *homem, casa, gato, árvore*, entre outras. Tal observação nos leva ao entendimento de que na GDF só haverá codificação do sujeito no Nível Morfossintático se no Conteúdo Comunicado houver um referente. A ausência desse referente é definida como sujeito inexistente na GT. Para uma simples comparação com o português, no inglês, embora não haja referente para ‘estar chovendo’, o Subato de Referência é preenchido por uma pró-forma (*It is raining*), representado apenas no Nível Representacional pela designação ‘chover’.

No Nível Representacional essa ausência de referente é entendida como valência zero do ambiente semântico. As línguas podem diferir bastante na natureza e no número de moldes de predicação que são permitidos com relação à sua valência quantitativa. E o exemplo (12) mostra que para o português pode-se supor uma predicação de valência zero para estruturas que indicam eventos de descrições. Assim sendo, construções como (12) mostram que no Nível Interpessoal a função sujeito não é formulada dada a inexistência de Subato de Referência e que no Nível Representacional essa função também não é

formulada devido à valência zero. Assim sendo, no Nível Morfossintático não se tem nenhuma marcação do constituinte sujeito.

Com relação à identificabilidade do referente, diferentemente do que acontece em (10) *Pedro ama Maria* e em (11) *Eu o amo*, o Falante pode assumir que o Ouvinte não é capaz de identificar o referente. Nesse caso, o operador “-id” deve ser usado na representação do Subato Referencial. Outro aspecto concernente à identificabilidade do referente diz respeito à indicação de que o próprio Falante pode ou não identificar o referente. Esse aspecto se reflete no uso dos operadores “+s” e “-s”, que significam, respectivamente, específico, quando o referente é identificável pelo Falante, e não-específico, quando o referente não pode ser identificado pelo Falante. Diferentes combinações dos operadores “+/-id” e “+/-s” são possíveis; duas delas são apresentadas a seguir:

(13) *Alguém* me ajudou com o quebra-cabeças.

(14) *Quem* roubou a minha bicicleta?

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 122), em (13), a combinação [-id, +s] se aplica, uma vez que o Subato de Referência em destaque é identificável apenas pelo Falante. Em (14), ao contrário, o referente é assumido como identificável apenas pelo Ouvinte, o que resulta na combinação dos operadores [+id, -s].

Na GDF, no Ato Discursivo “Um mascarado roubou o banco”, há uma Força Illocucionária Declarativa. Os Participantes P₁ e P₂ não são identificados. O Conteúdo Comunicado contém três Subatos: um Subato Atributivo (T_i) e dois Subatos Referenciais ((R_i) e (R_j)).

Nesse ponto, entretanto, uma distinção deve ser feita. Trata-se de distinguir entre referência genérica e não genérica (DIK, 1997, p. 176-8) de identificabilidade. De acordo com a GDF, a genericidade não é apresentada como um operador do Subato Referencial. A razão é que a construção como um todo tem um valor genérico. Dentro de tal construção, os Subatos Referenciais podem envolver não identificabilidade, como em (15a), em que o Ouvinte é convidado interpretar o conceito ‘cão’, ou identificabilidade, como em (15b), em que o Ouvinte tem de recuperar o conceito ‘cão’:

- (15) a) Um cão é o melhor amigo do homem.
 b) O cão é o melhor amigo do homem.⁴

(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 114)

Embora o tratamento da genericidade deva ser visto como um operador do Nível Representacional e não do Nível Interpessoal, ele parece reforçar a identificabilidade e/ou a especificidade, ou não dos Subatos Referenciais.

Nesse sentido, o sintagma “Um mascarado” deve ser entendido como não identificável pelo Ouvinte no Nível Interpessoal devido à referência genérica dada pelo Nível Representacional, marcada pelo operador *um* no Nível Morfossintático.

De acordo com Givón (1984, p. 398, apud NEVES, 2006, p. 122), “ser definido” não é o mesmo que “ter referência exata”, já que a definitude é determinada no contrato comunicativo, entre Falante e Ouvinte, que assumem conhecimentos por via de pressuposições. Já a referência (definida ou indefinida) é vista como o contrato comunicativo em que o Falante codifica um sintagma nominal referencial como definido se supõe que o Ouvinte é capaz de atribuir-lhe referência única, devido à acessibilidade dêitica da situação ou à acessibilidade referencial do arquivo permanente, e codifica um

⁴ a. A dog is man’s best friend.
 b. The dog is man’s best friend.

sintagma nominal referencial como indefinido se supõe que o Ouvinte não é capaz de atribuir-lhe referência única. Nesse sentido, a referencialidade e a definitude como definidas por Givón (1984) correspondem, respectivamente, à identificabilidade e genericidade de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Na GDF, é possível observar que no Nível Interpessoal os operadores principais dos Subatos Referenciais são usados para especificidade ($\pm s$) e identificabilidade ($\pm id$). Dessa forma, os Subatos Referenciais quando coincidentes com a marcação da função sintática sujeito devem ser entendidos em termos de identificabilidade e especificidade feita pelos interlocutores. A presença de operadores de genericidade do Nível Representacional não contradiz, antes reforça ser ou não o referente identificável pelos interlocutores.

2.3.2. O “sujeito gramatical” no Nível Representacional

No Nível Representacional, são considerados os aspectos semânticos das unidades linguísticas. O termo “semântico” é usado na GDF de uma forma bastante específica, com dois sentidos diferentes: i) “as maneiras pelas quais a língua se relaciona com o mundo extralinguístico que ela descreve” e ii) “os significados de unidades lexicais (semântica lexical) e de unidades complexas (semântica composicional) sem levar em conta as maneiras em que essas são usadas na comunicação” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.128- 129).

Utilizando o exemplo a seguir, os autores explicam como a noção de referência deve ser entendida no Nível Interpessoal e no Nível Representacional:

(16) Eu vi um leão.

A expressão *um leão* deve ser entendida, no Nível Interpessoal, como uma expressão que o Falante usa para se referir a um animal da classe dos leões e, no Nível Representacional, como uma expressão que se refere a um animal da classe dos leões. Para diferenciar esses dois usos da noção de referência, os autores utilizam o termo “referência” apenas para o uso interpessoal, acional; para o uso representacional, semântico, o termo usado é “designação”. A ideia subjacente nessa distinção é a de que o Falante refere, a expressão designa.

As unidades de análise do Nível Representacional, de um modo geral, são descritas em termos do tipo de entidade que elas designam. Há vários tipos de entidades, ou categorias semânticas, relevantes para a análise de uma língua.

Os Conteúdos Proposicionais (p), as mais altas unidades do Nível Representacional, são construtos mentais, tais como conhecimentos, crenças e desejo. Os Conteúdos Proposicionais não podem ser localizados no espaço nem no tempo e podem ser avaliados em termos de sua verdade. Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), que são conjuntos de Estados-de-Coisas (e). O Estado-de-Coisas, por sua vez, é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f), que é de natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si. Propriedades Configuracionais constituem o inventário dos moldes de predicação relevantes para uma língua. As línguas podem diferir bastante na natureza e no número de moldes de predicação que são permitidos com relação à sua valência quantitativa e qualitativa. Quanto à valência quantitativa, pode haver, por exemplo, restrições à valência máxima que uma língua permite, em combinação com um único predicado.

Propriedades configuracionais são construídas usando categorias semânticas que estabelecem uma relação não-hierárquica entre si. Essas categorias semânticas podem ser de vários tipos e incluem Indivíduos (x), ou seja, objetos concretos que podem ser localizados no espaço, e Propriedades Lexicais (f), que não têm existência independente e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidade. Outras categorias semânticas podem ser relevantes para a gramática de uma língua e entrar na constituição de uma Propriedade Configuracional, tais como Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q).

No Nível Representacional, a categoria que possui maior correspondência com o termo sujeito da GT é a dos Indivíduos (x), embora ele possa ser codificado por meio das descrições de Estados-de-coisas (e), que também podem ser realizadas por núcleos lexicais como “encontro”, “casamento”, “guerra” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 167).

O Indivíduo (x) é a categoria semântica que designa entidades concretas, que ocupam um lugar no espaço, de forma tal que dois Indivíduos não podem ocupar o mesmo lugar. Na estrutura subjacente do exemplo a seguir (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p.237-238), observa-se como a unidade semântica Indivíduo é representada:

(17) O presidente chegou.

A variável (xi) designa um Indivíduo “o presidente” nessa camada representacional. Esse Indivíduo possui a Propriedade (f) lexicalmente expressa que mostra tal designação. Em outras palavras, o Indivíduo (xi) possui a propriedade (f) de ser presidente. Como foi visto na explicação do exemplo (1), nomes próprios são representados como unidades do Nível Interpessoal (Subatos de Referência (R) ou de Atribuição (T)). Se, em (13), em vez do nome “presidente” ocorresse um nome próprio como “João”, a unidade semântica correspondente ao Subato “João” não teria informação lexical. A unidade (xi) do Nível

Representacional corresponde ao Subato (R₁: João (R₁)) do Nível Interpessoal. Apesar de essa unidade não ser preenchida no Nível Representacional, ela não pode ser omitida nesse nível, uma vez que tem papel importante na valência do ambiente semântico.

O sujeito gramatical, no Nível Representacional, parece corresponder, preferencialmente, à categoria Indivíduo (x), embora também possa corresponder ao próprio Estado-de-coisas quando representado por um núcleo lexical, como se pode ver nos exemplos a seguir.

(18) A mesa (Indivíduo) está na sala

(19) A reunião (Estado-de-coisas) é na sala 15.

2.3.3 O “sujeito gramatical” no Nível Morfossintático

A GDF faz referência à possibilidade de marcação do sujeito gramatical no Nível Morfossintático ao tratar de concordância.

Dentro do componente gramatical da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a concordância é apresentada como um mecanismo pelo qual informações que pertencem propriamente a um único elemento da oração são copiadas para um ou mais elementos. As relações de concordância ocorrem, sobretudo, em dois domínios distintos: o domínio do sintagma e o domínio da oração.

(20) a) **As** casas novas.

b) **Eu** encontrei o caminho.

c) **Nós** encontramos o caminho.

No primeiro caso (20a), ilustra-se a concordância de sintagma. As categorias gênero e número do referente/substantivo *casa* são copiadas pelo atributivo/adjetivo *nova* e pelo indicador de identificabilidade/artigo *a*.

Os demais exemplos mostram a concordância na oração. Em (20b), a forma de primeira pessoa dada pelo argumento sujeito *Eu* é copiada pelo predicado/verbo que tem acrescido à sua raiz o operador/morfema de primeira pessoa *-ei*. Em (20c), as formas de primeira pessoa e de plural, dadas pelo argumento sujeito “Nós”, são copiadas pelo verbo que recebe o operador/morfema de primeira pessoa plural *-mos*.

Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem dois tipos de concordância: concordância de operador e concordância de argumento.

A concordância de operador acontece quando um operador obriga que outros elementos que estão sob seu escopo sofram alguma modificação. No português do Brasil, a concordância de operador pode acontecer em construções como: *Eu não vi ninguém, Não quero saber de nada, Não fiz nada, Eu não tenho nenhuma dúvida*, denominados casos de dupla negação.

Com relação à concordância de argumento, os autores observam que o sujeito expresso, como pronome ou sintagma nominal, é obrigatório. A questão gira em torno da obrigatoriedade (ou não) da expressão do sujeito. Se essa expressão é obrigatória, e há uma marca no verbo que corresponda a esse sujeito expresso, tem-se concordância. A não obrigatoriedade do argumento sujeito é denominada referência cruzada.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a referência cruzada é obtida quando a marcação da pessoa no verbo é suficiente por si mesmo e pode, opcionalmente, ser expandida por um argumento lexicalmente realizado.

- (21) a) Farei o trabalho amanhã.
 b) **Eu** farei o trabalho amanhã.
 c) **Ela** fará o trabalho amanhã.
 d) **A garota** fará o trabalho amanhã.

A marcação da pessoa no verbo *fazer* (farei), em (21a), é suficiente para expressar a 1ª pessoa, mas, em certas línguas, como em português (e na maioria das línguas românicas), a mesma informação de pessoa pode se expandir para outro elemento da oração: no caso, o argumento sujeito pronominal *eu*, como em (21b).

Com relação ao par (21c) e (21d), vê-se que a forma pronominal *Ela* pode ser substituída pela forma lexical *menina*. Comparando-se (21b) e (21c), temos que o argumento sujeito é pronominal em ambos, mas apenas em (21c) pode, de maneira opcional, ser expandido (21d) por um argumento lexical como “menina”. A forma de 1ª pessoa, não permite a substituição do argumento sujeito pronominal (palavra gramatical) por um argumento lexical. Nesse sentido, evidencia-se dentro de um mesmo paradigma uma alternância no mecanismo de referência cruzada dentro do português do Brasil.

Ainda de acordo com a GDF, sujeitos vazios podem ocorrer com certas pessoas (notadamente a 1ª pessoa – *Vamos pescar*, *Fui pescar*) e/ou certos contextos sintáticos (orações coordenadas com mesmo sujeito). Porém, há evidências de que o uso do argumento sujeito seja obrigatório no português do Brasil, sem marca no verbo que corresponda a esse sujeito expresso (*A gente vai pescar*, *Você vai pescar*, *Ela vai pescar*). Trabalhos variacionistas (DUARTE, 1995; DUARTE, 2003; COSTA; SILVA, 2006) vêm apontando correlações entre mudança de paradigma flexional verbal e uso cada vez menor de sujeitos nulos.

A formulação e a codificação do constituinte sujeito podem ser visualizadas nos três Níveis de organização linguística da GDF. No Nível Interpessoal, quando representa a

1ª e 2ª pessoa do singular ou do plural, corresponde aos Participantes do discurso. Dentro do Ato Discursivo, a 3ª pessoa corresponde ao Subato Referencial marcado por operadores de identificabilidade e de especificidade. No Nível Representacional, a indeterminação é formulada, quase que exclusivamente, através categoria indivíduo, acompanhada do operador de genericidade. No Nível Morfossintático, pode aparecer como categoria explícita ou vazia.

2.4 DELIMITAÇÃO DE CONCEITOS: INDETERMINAÇÃO E INDEFINIÇÃO

Um enunciado como “Alguém mexeu na minha bolsa” poderia indicar, por meio da forma *alguém*, ironia por parte do Falante: é possível que o Falante saiba que o Ouvinte mexera em sua bolsa ou que ele saiba que outra pessoa (identificável tanto pelo Ouvinte quanto pelo Falante ou apenas identificável pelo Falante) o tenha feito. Também poderia indicar que o Falante assume não poder identificar o referente da forma *alguém* e presume que o Ouvinte tampouco o possa. Considerando-se que a intenção depende do contexto situacional em que o Falante se insere, tome-se como hipótese o contexto de produção do Falante dada pela segunda possibilidade.

O sujeito é marcado morfossintaticamente, mas reconhecendo-se a organização *top down* da GDF, que parte da intenção do Falante para a articulação das formas linguísticas, é possível compreender que a forma *alguém*, nesse caso, marca a indeterminação do referente para o Falante [-s] e para o Ouvinte [-id]. A não identificabilidade [-id] da forma gramatical *alguém* marca concomitantemente, no Nível Semântico, quantidade (q) e genericidade (g). Em termos semânticos, essas categorias implicam indefinição e reforçam,

no discurso, a indeterminação.

As representações dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático podem ser visualizadas abaixo:

NI: (C: T_I (-id -s R_I: -S, -A) (-id +s R_J: +S, -A (R_J))

No Nível Interpessoal, o Conteúdo Comunicado *Alguém mexeu na minha bolsa* contém três Subatos: um Subato Atributivo (T_I) e dois Subatos Referenciais ((R_I) e (R_J)). O único Subato Atributivo, expresso pelo verbo *mexer*, aparece no Nível Interpessoal apenas como (T_I). O primeiro Subato corresponde a um pronome indefinido que indica ser o referente não identificável pelo Ouvinte (-id), e pelo Falante (-s); não envolve o Falante (-S) nem o Ouvinte (-A). O segundo Subato refere-se à terceira pessoa do singular. O referente é identificável pelo Falante (+s), envolve o Falante (+S) por meio do pronome possessivo *minha*, mas não o Ouvinte (-A).

NR: (past ep_i: (e_i: (f_i: (f_j: roubar (f_j)) (π(g)q)_A (x_i: -bolsa- (x_i))) (f_i) (e_i)) (ep_i))

No Nível Representacional, o Episódio *Alguém roubou minha bolsa* é formado por um único Estado-de-Coisas caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f), com valência de dois lugares. A categoria semântica Quantidade (q) é representada por (q_i), a genericidade por (g), e a categoria semântica Indivíduo (x), por (x_i) (*bolsa*). Nesse nível, além de indicar quantificação e genericidade, o operador gramatical *alguém* apresenta o traço [+humano]. O traço [+agente], também marcado na forma *quem*, é atribuído pelo predador *roubar*.

NM: (Le: (Cl₁Alguém roubou minha bolsa) (X_{w1}) (X_{w2}) (X_{w3}))

No Nível Morfossintático, a unidade linguística é analisada em termos de sua composição sintática (ou seja, de seus constituintes sintáticos), começando da camada alta para a mais baixa. A expressão linguística (Le) *Alguém roubou minha bolsa* é formada por uma oração (Cl), em que a função sintática sujeito é codificada pela forma gramatical *alguém*.

O enunciado *Alguém roubou minha bolsa* é sintaticamente uma oração com sujeito (*alguém*), verbo (*roubou*) e complemento (*minha bolsa*). A função sintática sujeito é explicitamente marcada. O que seria indeterminado, nesse caso, é o referente da forma gramatical *alguém*.

Com base na representação desse exemplo nos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático, podemos delimitar os conceitos de indeterminação e indefinição.

Como visto anteriormente, Hengeveld e Mackenzie (2008) utilizam o termo *referência* apenas para o uso interpessoal, acional; para o uso representacional, semântico, o termo usado é *designação*. O que se tem em uma construção como *Alguém roubou minha bolsa* é uma falta de referência expressa pelo Falante que assume que nem ele nem o Ouvinte são capazes de identificá-lo. Embora da forma *alguém* se depreenda o traço semântico [+humano], não há para ela uma designação.

Assim sendo, neste trabalho, propõe-se que o termo **Indeterminação**, entendido como estratégia argumentativa do Falante, indica o conhecimento (e a intencionalidade de não revelar um referente) ou o não conhecimento de um de um referente por parte de um ou de ambos os interlocutores do discurso. À falta de designação e à presença de genericidade, dá-se o nome de **Indefinição**.

Assumimos, portanto, que:

- a indeterminação é formulada no Nível Interpessoal;
- a indefinição é formulada no Nível Representacional;
- a indeterminação e a indefinição são codificadas, no Nível Morfossintático, por diferentes formas.
-

Por considerarmos a nomenclatura comumente utilizada de ‘sujeito indeterminado’ (e/ou ‘indeterminação do sujeito’) não pertinente e não coerente, a partir deste ponto, propomos e assumimos também uma nova nomenclatura para nos referirmos ao fenômeno da ‘indeterminação do constituinte gramatical sujeito’. A necessidade de uma nova nomenclatura justifica-se pelo fato de entendermos ser a categoria *sujeito* um constituinte sintático de uma estrutura sentencial que pode ocorrer ou não em uma sentença, tal noção não se coaduna com da noção pragmática (ou pragmático-semântica) de indeterminação.

No intuito de exemplificar tal afirmação, tomemos por base a seguinte sentença “Alguém bateu na porta”. Do ponto de vista sintático, não há aqui nenhuma indeterminação, não há nenhuma dúvida de qual expressão é o constituinte sujeito dessa estrutura sentencial. Nesse caso, o sujeito é, sem nenhuma dúvida, o item *alguém*. O que é indeterminado é a referência desse item. Assim sendo, devemos falar em “referência indeterminada” (a referência do sujeito pode ser determinada ou indeterminada), e não em “sujeito indeterminado”.

A nomenclatura habitualmente usada de ‘sujeito indeterminado’ e/ou ‘indeterminação do sujeito’, portanto, não se sustenta por misturar critérios. No lugar dessas expressões e noções, sugerimos o seguinte uso: **indeterminação de referência;**

além das nomenclaturas: **sujeito indeterminador** e **construção indeterminadora** – diferenciadas e definidas ao longo do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa para a busca de diferentes padrões de construção morfossintática de indeterminação do sujeito codificada na língua portuguesa. Na seção 3.1, expõem-se os caminhos para a delimitação do objeto desta pesquisa. Na seção 3.2, apresentam-se os procedimentos utilizados para a delimitação do *cópus*. Na seção 3.3, são especificados os critérios considerados durante a análise dos dados.

3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Com vistas a apresentar uma definição que se centre na complexidade pragmático-semântico-sintática do que seja indeterminação, o presente trabalho volta-se, de forma mais específica, para a descrição da codificação gramatical do fenômeno conhecido como ‘indeterminação do sujeito’. Admitindo-se que o Emissor⁵ constrói o referente, no discurso, por meio de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, intenciona-se descrever como a indeterminação da função sujeito é codificada, em textos dissertativo-argumentativos da modalidade escrita da língua portuguesa do Brasil, e quais

⁵ Para nos referirmos aos participantes da interação usamos, nos capítulos anteriores, os termos ‘Falante’ e ‘Ouvinte’ conforme concebe a GDF. A partir de agora, passamos a usar os termos ‘Emissor’ e ‘Destinatário’ que nos parecem mais específicos para designar as desiguais relações estabelecidas entre interactantes de diferentes gêneros textuais da modalidade escrita.

são as motivações dadas pela situação de interação para que essa indeterminação seja morfossintaticamente marcada.

3.2 PROCEDIMENTO DE BUSCA DE DADOS

De acordo com Hengeveld (2005), a GDF considera que fatores relativos a questões de gênero, registro e estilo, por exemplo, são aspectos do contexto de interação que podem ter impactos sobre as escolhas linguísticas do Emissor. Sendo assim, para compor o corpus desta pesquisa, buscamos formas de interação em que, acreditamos, a indeterminação do sujeito ocorra com maior frequência e diversidade. Para tanto, adotamos a proposta de Marcuschi (2002) para diferenciar *tipo* e *gênero textual*.

Segundo o autor, a expressão *tipo textual* deve ser usada para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Assim sendo, quando se nomeia certo texto como "narrativo", "descritivo" ou "argumentativo", não se está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base. Já a expressão *gênero textual* “deve ser entendida como uma noção para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p. 22). Desse modo, enquanto os tipos textuais são designações teóricas dos tipos narração, exposição, argumentação, descrição e injunção, os gêneros textuais são realizações linguísticas concretas, definidas por propriedades sociocomunicativas cuja nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.

Com base na proposta de Marcuschi (2002), optamos pela composição de um corpus com predomínio de textos com sequência argumentativa de base, dada a posição assumida nesta investigação que considera a indeterminação como uma estratégia argumentativa acionada pelo Emissor.

Reconhecendo-se ser o jornal um suporte de veiculação que apresenta não só quantidade, mas diversidade textual, selecionamos um corpus composto por diferentes gêneros textuais jornalísticos de base argumentativa.

Dentre os jornais de grande circulação do jornalismo escrito, optamos pela *Folha de S.Paulo* dada a importância social desse veículo, representante da variedade culta do português contemporâneo brasileiro. Os gêneros escolhidos foram editorial, artigo de opinião, carta do leitor e entrevista, que compõem, no primeiro caderno desse jornal, textos altamente argumentativos com diferentes formas de relação estabelecida entre os interlocutores. Os textos foram aleatoriamente selecionados durante o mês de junho de 2012.⁶

A extensão dos textos analisados foi dimensionada em KB, de forma a permitir uma análise comparável das ocorrências. Os totais obtidos foram: 14 editoriais (221KB); 14 artigos de opinião da seção *Tendências/Debates* (229KB); 13 sessões “Painel do leitor” (221KB) e 12 entrevistas (209KB). Para a composição do corpus, cada um dos textos foi marcado por uma letra maiúscula acompanhada de um número. No caso dos editoriais, os textos foram identificados com a letra “T” e vão de I1 a I14; os artigos de opinião foram

⁶ Os textos foram extraídos do acervo do mês de junho de 2012 da *Folha de S. Paulo*. Os 53 textos analisados fazem parte do *Primeiro Caderno* do jornal. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2012/06>> Acesso: jun. de 2012. Esse acervo, entretanto, é restrito a assinantes. Assim sendo, indicaremos em cada um dos exemplos analisados neste trabalho, o endereço em que se pode visualizá-los mais facilmente: <www.folha.uol.com.br>.

identificados com “O” (O1 a O14); as cartas do painel do leitor, “P” (P1 a P12) e as entrevistas, “E” (E1 a E12)⁷.

Composto o corpus, procedemos à leitura integral dos 53 textos para localizarmos as formas codificadoras de indeterminação do sujeito. Encontradas as formas, buscamos agrupá-las não pela forma, mas pela sua característica essencial ‘indeterminadora’: a referência pragmática marcada pelo Emissor. A seguir, foram acrescidas as categorias semânticas e as morfossintáticas de análise, que serão descritas no próximo capítulo.

Nesse sentido, é preciso observar que nos trabalhos descritivos apresentados no Capítulo I, os dados em análise são identificados por meio de uma forma pré-definida e, desse modo, são buscadas as funções que essa forma exerce – por exemplo, seleciona-se a forma gramatical de indeterminação *–se* e buscam-se as diferentes funções dessa forma. Há ainda os trabalhos que partem de função pré-definida e são procuradas as diferentes formas que codificam tal função – por exemplo, buscam-se as diferentes formas nominais que marcam indeterminação do sujeito. Não apenas nas pesquisas analisadas, mas em muitas outras, principalmente em trabalhos funcionalistas, procura-se descrever uma correlação entre forma e função.

Embora o presente trabalho também vá nessa direção, procurando descrever a correlação entre indeterminação e formas de codificação da indeterminação, não adotamos uma noção pré-definida de indeterminação do sujeito, isto é, uma definição já existente de algum autor ou abordagem. Mesmo porque o objetivo central deste trabalho é justamente formular um conceito de indeterminação do sujeito funcionalmente motivado.

⁷ De acordo com Marcuschi (2002), as entrevistas são gêneros textuais tipicamente híbridos, porque apresentam características da fala e da escrita. Tal fato se explica a partir de sua concepção e de seu meio de veiculação, isto é, as entrevistas são concebidas de maneira oral e veiculadas de forma escrita, o que lhes confere características das duas modalidades de uso da língua. A passagem da modalidade oral para a escrita, que no caso das entrevistas coincide com o processo de edição, recebe o nome de retextualização.

As ocorrências de indeterminação foram, então, avaliadas segundo os critérios de análise discutidos na seção seguinte.

3.3 CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Embora, obviamente, os textos veiculados pelo jornal destinem-se aos seus leitores, é preciso observar que, quando nos referimos à análise da relação estabelecida entre Emissor e Destinatário, estamos considerando como Emissor sempre o autor do texto, mas o Destinatário nem sempre é identificado como o leitor do jornal. No caso do editorial, temos um Emissor institucional (o próprio jornal) e o leitor do jornal ocupando a posição de Destinatário. O artigo de opinião apresenta um Emissor determinado, que aparece formalmente identificado no jornal, já que todos os artigos são assinados e, assim como o editorial, têm o leitor como Destinatário. Entretanto, no *Painel do leitor*, a relação estabelecida entre Emissor e Destinatário não se dá apenas entre autor e leitor do texto jornalístico. Além de ter como Destinatário o leitor do jornal, o Emissor das cartas que compõem essa seção do jornal pode, eventualmente, dirigir-se à pessoa que tenha elaborado um texto dia(s) antes no mesmo jornal, com o qual o seu texto dialoga. O Emissor, nesse caso, busca ratificar ou retificar o que outro Emissor tenha exposto em seu texto. Diferentemente do editorial e do artigo de opinião, a relação interlocutiva é estabelecida, notadamente, entre ‘Emissores’ de um mesmo suporte. A entrevista, por sua vez, tem Emissor e Destinatário determinados, ainda que a entrevista seja destinada à leitura de um Destinatário mediato, o leitor do jornal.

Assumimos, portanto, para a análise da indeterminação do sujeito, a mesma perspectiva adotada pela GDF, que é orientada para a produção, ou seja, uma perspectiva

do ponto de vista do Emissor, e não uma perspectiva orientada para a interpretação do Destinatário.

1. No Nível Interpessoal: identificabilidade e especificidade.
2. No Nível Representacional: genericidade e papel semântico.
3. No Nível Morfossintático: estrutura e forma da indeterminação.

Cada um desses critérios será discutido individualmente a seguir.

3.3.1 No Nível Interpessoal:

Identificabilidade e especificidade

Como já observado no Capítulo II, os operadores de identificabilidade [$\pm id$] e de especificidade [$\pm s$] podem se combinar de quatro diferentes formas: [+id, +s], [+id, -s], [-id, +s] e [-id, -s]. De acordo com a GDF, essas categorias, e suas combinações, podem se aplicar a qualquer termo de um ato discursivo. Entretanto, neste trabalho utilizamos esses critérios para analisar apenas a indeterminação codificada no constituinte sujeito.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 122), a combinação de operadores [+id, +s] é aplicada em todos os casos em que o referente é tido como identificável para ambos os participantes do ato de fala. Com base nessa afirmação, admitimos que a combinação [+id; +s] corresponde à total determinação de um referente por ambos os interlocutores. Se o referente é identificável tanto para o Emissor [+id] quanto para o Destinatário [+s], o referente é determinado no discurso entre os interlocutores.

A determinação também pode ser assinalada de forma parcial nas combinações [+id; -s] e [-id; +s], constituindo, assim, uma indeterminação parcial, conforme o exemplo dado a seguir.

I. Indeterminação parcial do tipo [+d; -s]:

(22) *Folha*: **Quem** pode evitar?

Archer: A presidente Dilma. A única pessoa que pode me salvar é ela. Peço para ela ao menos tentar me ajudar. De presidente para presidente, talvez ela resolva. Quem sabe ela resolve e consegue abaixar a minha pena para prisão perpétua. Eu peço ajuda também ao presidente [da Indonésia] Susilo. Ele é muito poderoso.

(E12: Marco Archer C. Moreira – brasileiro condenado à morte na Indonésia)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1110519-peco-a-dilma-que-ao-menos-tente-me-salvar-diz-condenado-a-morte.shtml>>)

NI: (-id +s: R_I [-S, -A] R_I)_{Quem}

Preso em 2003, ao tentar entrar na Indonésia com 13,4 kg de cocaína, Marcos Archer foi condenado à morte em 2004 – e já perdeu todos os recursos na Justiça. O Emissor, entrevistador da *Folha de S.Paulo*, questiona o Destinatário, Archer, sobre quem poderia, naquele momento (26/06/2012), interceder por ele junto ao presidente da Indonésia. Ao codificar o sujeito com a forma *quem*, o Emissor pressupõe que o referente seja identificável para o Destinatário, embora não o seja para ele mesmo [+id; -s].

II. Indeterminação parcial do tipo [-id; +s]:

(23) *Folha*: Há **quem** diga que a MPB que se faz hoje é muito pior que antigamente.

(E11: Gilberto Gil – ex-ministro fala sobre a gestão do atual Ministério da Cultura)

(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50890-cada-vez-me-desvencilho-mais-de-minha-propria-historia.shtml>)

NI: (-id +s: R_I [-S, -A] R_I)_{quem}

Durante a entrevista, o Emissor (entrevistador) questiona o Destinatário (o cantor baiano Gilberto Gil) sobre mudanças sofridas pelas canções da MPB ao longo dos anos. Ao empregar a forma *quem*, o Emissor pressupõe que o Destinatário não seja capaz de identificar o referente, ainda que o próprio Emissor o seja [-id; +s].

A combinação [-id; -s] de operadores corresponde a uma terceira forma de indeterminação do sujeito, a indeterminação total.

III. Indeterminação total do tipo [-id; -s]:

- (24) *Moraes*: Deu-se que **alguém** no Rio de Janeiro decidiu que este modesto escriba deveria ser fotografado em estúdio por um fotógrafo profissional.

(O9: ‘Tarde amara na Avenida Santo Amaro’)⁸

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/51202-tarde-amara-na-avenida-santo-amaro.shtml>>)

NI: (-id -s; R_I [-S, -A] R_I)_{alguém}

Nesse caso, o Emissor, autor do artigo ‘Tarde amara na Avenida Santo Amaro’, ao empregar a forma *alguém*, assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e a sua não especificidade [-s] por ele próprio.

Em síntese, o fato de o Emissor indicar que o referente de uma determinada forma é identificável apenas por ele ou pelo Destinatário ou, ainda, não é identificável por nenhum dos dois participantes do discurso nos leva a três diferentes possibilidades de indeterminação do sujeito. Essas diferentes combinações de operadores do Nível Interpessoal compõem o nosso principal critério de análise do Nível Interpessoal.

⁸ *Tarde amara na avenida Santo Amaro* caracteriza-se como um texto composto por uma intertextualidade de gêneros. No exemplo acima (24), temos um gênero funcional (texto opinativo) com o formato de outro (crônica narrativa). De acordo com Marcuschi (2001), a questão dos intergêneros evidencia-se como uma mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero e deve ser distinguida da questão da heterogeneidade tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar várias sequências de tipos textuais.

3.3.2 No Nível Representacional

Genericidade e papel semântico

É conveniente distinguir identificabilidade e especificidade, de referência genérica e não genérica. Como visto no Capítulo II, de maneira geral, os seres humanos armazenam e trocam informações por meio de referências genéricas, às quais eles atribuem um valor de verdade ou falsidade.

De acordo com a GDF, a genericidade (g) deve ser vista como um operador do Nível Representacional. Observemos os exemplos (25a) e (25b) dados a seguir.

- (25) a) Mas, faz um mês, veio **o procurador** aqui e me fez assinar um papel sem timbre.
 b) *Archer*: Mas, faz um mês, veio **um procurador** aqui e me fez assinar um papel sem timbre.

(E12: Marco Archer C. Moreira – condenado à morte)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1110519-peco-a-dilma-que-ao-menos-tente-me-salvar-diz-condenado-a-morte.shtml>>)

Em (25a), o Destinatário tem de recuperar o conceito *procurador*. No Nível Representacional, a forma lexical *procurador* é entendida como uma categoria denotada (indivíduo (x)=procurador). A atuação do operador de genericidade, codificado como artigo definido *o*, faz com que o sintagma *o procurador* seja entendido como não genérico. Em (25b), o sintagma *um procurador* é entendido como genérico. Isso porque, ainda que a forma *procurador* seja descrita em termos da denotação da entidade indivíduo, a construção sintagmática como um todo tem valor genérico.

O operador de genericidade (g) do Nível Representacional corresponde aos operadores de identificabilidade e especificidade no Nível Interpessoal. Em (25a), temos uma referência não genérica, que, no Nível Interpessoal equivale a identificabilidade [+id] e especificidade [+s] positiva do referente *o procurador*. Em (25b), temos uma referência

genérica (g), que, no Nível Interpessoal equivale a não identificabilidade [-id] e não especificidade [-s] do referente *um procurador*.

As representações dos sintagmas (25a) *o procurador* ($\pi_{\text{definido}}(x_{\text{procurador}})$) e (25b) *um procurador* ($\pi_{\text{indefinido}}(x_{\text{procurador}})^g$) podem ser visualizadas a seguir, em (26a) e (26b), nos Níveis Interpessoal e Representacional:

(26) a) NI: R_I (+id, +s)

NR: (x)

NM: $NS_{(\text{artigo definido e lexema específico})}$ *o procurador*

b) NI: R_I (-id, -s)

NR: (x)^g

NM: $NS_{(\text{artigo indefinido e lexeme específico})}$ *um procurador*

Como se vê, a forma indefinida *um* é a expressão de dois operadores. No Nível Interpessoal é operador de identificabilidade e de especificidade; no Nível Representacional, é operador de genericidade. Como veremos nas demais ocorrências, a marcação negativa dos operadores [-id, -s] do Subato Referencial ativa a marcação positiva do operador (g) de genericidade.

Papel semântico

Considerando-se que o papel semântico do sujeito é acionado pelo predador, pudemos, já nas primeiras análises, descartar o traço [+agente] como característico da indeterminação do sujeito.

No entanto, vários são os exemplos de indeterminação do constituinte sujeito assinalado pelo traço [+humano]. No corpus, quando explícita, a própria forma codificadora de indeterminação apresenta esse traço (quem, alguém), normalmente

reforçado pelo predicador. Quando implícita, o traço [+humano] é assinalado pelo predicador (falam, disseram). No intuito de verificar se o traço [+humano] é característico da indeterminação do sujeito, destacamos esse traço nas análises realizadas.

3.3.3 No Nível Morfossintático

a) Codificação da estrutura indeterminadora

A indeterminação do sujeito pode ser codificada com a função sujeito explícita (27) ou vazia (28), como exemplificado abaixo:

(27) *Folha*: Por que resistia a disputar?

Serra: Disputei uma eleição muito recente, em 2010. Achei que devia ficar um período maior cuidando da minha vida. Mas, na política, **você** não é dono das circunstâncias.

(E10: José Serra – candidato à prefeitura de São Paulo)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50634-ter-cara-de-candidato-a-presidencia-nao-e-um-problema-ajuda.shtml>>)

(28) *Folha*: Espera uma campanha agressiva?

Erundina: Nesta fase já houve manifestações indelicadas, no mínimo. *Falaram* que eu ia terminar minha carreira política com essa tarefa, por exemplo...

(E6: Luiza Erundina – candidata à prefeitura de São Paulo)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1105770-erundina-questiona-apoio-de-maluf-e-critica-slogan-do-pt.shtml>>)

Em (27), a função sujeito está explícita através de uma forma indeterminadora, no caso, a forma *você*. Nessa ocorrência, temos um ‘sujeito indeterminador’ expresso. Em (28), não há o preenchimento da lacuna sintática (*slot*) da função sujeito. A marcação de 3ª pessoa do plural (eles), desinencialmente marcada no predicador *falar* pelo operador/morfema *am*

(3ª p.p.), não recupera a identidade de nenhum referente no texto. A desinência verbal marca, pragmaticamente, a indeterminação.

Construções como (28), sem sujeito expreso (sujeito vazio), serão aqui denominadas ‘Construções Indeterminadoras’ (CI).

É importante observar que, em português, as CIs correspondem ao Subato de Atribuição (T₁) que representa a tentativa do Emissor de evocar uma propriedade. Apesar da palavra ‘atribuição’, não é necessário que o Emissor esteja, de fato, atribuindo uma propriedade a um referente: como em “Anoiteceu rapidamente”. Nesse caso, o Emissor está evocando somente uma propriedade meteorológica sem evocar nenhum tipo de referente; *anoitecer* não está sendo ‘atribuído a’, mas simplesmente ‘descrito’.

Por outro lado, é dentro do Ato Discursivo que o Subato de Referência (R₁) ocorre quando o Emissor tenta evocar um referente, proferindo coisas do tipo: *homem, cachorro, árvore*, entre outras. Tal observação nos leva ao entendimento de que, na GDF, só haverá codificação explícita do sujeito no Nível Morfossintático se, no Conteúdo Comunicado, houver um referente.

b) Codificação da forma indeterminadora

O *slot* da função ‘sujeito’ (ou argumento 1) é preenchido por forma gramatical corresponde aos operadores de identificabilidade e especificidade (NI) e de genericidade (NR) como já exemplificado em (22), (23), (24) e (23), aqui repetidos para conveniência do leitor:

(22) **Quem** pode evitar?

(23) Há **quem** diga que a MPB que se faz hoje é muito pior que antigamente.

(24) Deu-se que **alguém** no Rio de Janeiro decidiu que este modesto escriba deveria ser fotografado em estúdio por um fotógrafo profissional.

(27) Mas, na política, **você** não é dono das circunstâncias.

No Nível Interpessoal, a forma gramatical, *você*, em (27) faz referência a uma terceira pessoa generalizante, representada como (-id R_I [-S, -A] R_I). A mesma forma gramatical, entretanto, pode marcar interlocução, como no exemplo abaixo:

(29) *Folha*: Politicamente, como **você** se posiciona?

(E11: Gilberto Gil – ex-ministro fala sobre a gestão do atual Ministério da Cultura)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50890-cada-vez-me-desvencilho-mais-de-minha-propria-historia.shtml>>)

Nesse caso, o Emissor questiona o Destinatário sobre o seu posicionamento político e a forma *você* marca, no discurso, a interlocução informal na entrevista. Em (29), o Subato é representado como (+id +informal R_I [-S, +A] R_I), em que a forma *você* marca a 2ª pessoa do singular [+A] e é identificável pelo Emissor (+id).

Portanto, a marcação dos participantes da interação, indicando envolvimento das pessoas do discurso, nas possíveis combinações (+S, -A)_{eu} (-S, +A)_{você} ou (+S, +A)_{nós}, é entendida como determinação. Nesse trabalho, a indeterminação é assumida como (-S, -A), e é expressa pela 3ª pessoa.

Além de ser codificado por diferentes formas gramaticais, a indeterminação da função sujeito também pode ser codificada por formas lexicais acompanhadas (ou não) por um operador de identificabilidade, como em (25b) *Mas, faz um mês, veio **um procurador** aqui e me fez assinar um papel sem timbre.*

Com base nesses critérios, orientados pelo aparato teórico da GDF, buscamos mostrar, no próximo capítulo, como a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua ou, em outras palavras, como a codificação de uma estrutura gramatical é motivada pela situação comunicativa.

CAPÍTULO IV

A INDETERMINAÇÃO PRAGMÁTICA E SEMÂNTICA DO SUJEITO

A análise dos dados a seguir está dividida em duas seções. Na primeira parte, procuramos demonstrar que a codificação morfofssintática da indeterminação é motivada pela sua formulação pragmática, analisando qualitativamente as ocorrências de cada um dos três diferentes tipos de indeterminação: Tipo 1 [+id; -s]; Tipo 2 [-id; +s] e Tipo 3 [-id; -s] e relacionando os usos com os efeitos de sentido (*continuum* de indeterminação) e as funções da indeterminação em cada gênero analisado. Na segunda seção, analisa-se a relação entre indeterminação pragmática e indefinição semântica da função sintática sujeito.

Da leitura integral dos textos que compõem o corpus, identificamos 92 casos entre ocorrências de sujeito indeterminador e de construções indeterminadoras. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos casos de acordo com o gênero textual em que foram encontrados:

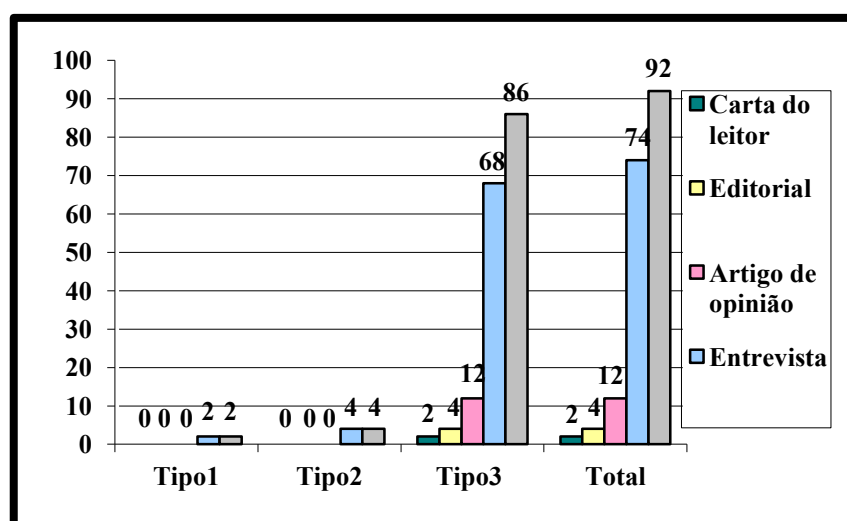


Gráfico 1 – Número inicial de ocorrências

O número bastante reduzido de ocorrências de sujeito indeterminador e de construção indeterminadora nos gêneros cartas do leitor (2 ocorrências do Tipo 3) e editorial (4 ocorrências do Tipo 3) mostrou serem esses gêneros pouco produtivos para o estudo das formas codificadoras de indeterminação de referência, o que nos levou a descartá-los na análise aqui empreendida. Embora o artigo de opinião também não tenha apresentado variação de formas codificadoras de indeterminação referencial, encontramos um número considerável de ocorrências de formas indeterminadoras da função sujeito (12 ocorrências do Tipo 3) e, por isso, mantivemos esse gênero textual no cômputo final dos dados. O gênero textual entrevista mostrou-se o mais profícuo para a nossa análise, já que, além de um significativo número de ocorrências, possibilitou a análise dos três diferentes tipos de indeterminação referencial em um mesmo gênero textual.

Apesar do descarte, merecem reflexão os motivos de os gêneros cartas do leitor e editorial pouco recorrerem à indeterminação de referentes. Em relação ao gênero cartas do leitor, a pouca indeterminação acontece, principalmente, pela codificação (explícita ou desinencial) do participante Emissor (1ª pessoa do singular e do plural) na função sintática de sujeito, o que pode ser justificado pelo fato de a carta do leitor caracterizar-se pela inclusão da voz do leitor no jornal. É preciso lembrar, ainda, que além de ter como Destinatário o leitor do jornal, o Emissor das cartas que compõem essa seção do jornal pode, eventualmente, dirigir-se à pessoa que tenha elaborado um texto dia(s) antes no mesmo jornal, com o qual o seu texto dialoga e, especialmente nesse diálogo, o conhecimento partilhado sobre o assunto faz com que haja determinação dos referentes entre os interlocutores. O Destinatário, leitor do jornal, fazendo a leitura do texto a que se refere a carta do leitor, também pode reconhecer os referentes no discurso. É o que se pode ver em (30):

(30) Muito problemático o ataque feito pela Folha, em editorial, à Polícia Federal porque **um juiz** (30a) ameaça tornar inválidas as investigações que deram origem à CPI do Cachoeira. Após anos de investigações autorizadas pela Justiça, que revelaram um gigantesco esquema de promiscuidade entre o público e a contravenção envolvendo um senador, um bicheiro e a maior empreiteira do PAC, **um juiz** (30b) tem a desfaçatez de dizer que não existiam motivos suficientes para os envolvidos serem investigados?

(P3: Tales Ab'Sáber (São Paulo, SP) comenta o editorial 'Palmas para todos').

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/49250-painel-do-leitor.shtml>>)

Em (30a), o Emissor, Tales Ab'Saber, assinala o referente da construção *um juiz* como não identificável [-id] e não específico [-s] por meio do operador indefinido *um*. Sabendo-se que Paulo Augusto Moreira Lima era, na época, o relator do processo, amplamente divulgado pela mídia, é difícil imaginar que o Emissor, ao se posicionar sobre o assunto, não conhecesse a identidade do relator. Até porque o editorial, embora não mencione o nome *Moreira Lima*, refere-se a ele como *relator* e não como *juiz*; denominação dada pelo leitor Ab'Saber. Não se busca marcar a não identificabilidade do referente, mas a imagem de 'insignificância' do juiz. Essa imagem negativa do juiz/relator é reforçada pelo Emissor por meio da repetição da forma *um juiz* (30b) (e não *o juiz*), retomando o referente textualmente já apresentado, *um juiz* (30a). Na relação estabelecida entre o Emissor do editorial e o Emissor da carta do leitor, ambas as ocorrências do sintagma *um juiz* marcam definição. Tais formas apontam, no discurso, identificabilidade e especificidade [+id, +s] do referente mesmo que o operador pragmático esteja codificado como forma que, usualmente, marca indeterminação referencial. No Nível Representacional, marca-se, no sintagma nominal como um todo, a genericidade: (x)^g.

Em relação ao gênero editorial, é preciso observar que, para atingir seu propósito comunicativo de mostrar a propriedade da proposição defendida, esse gênero textual serve-

se, sobretudo, de formas de ocultação da função semântica agente e não da indeterminação do referente.

O exemplo dado a seguir (31) corresponde a um trecho do editorial ‘Impeachment de Lugo’, que argumenta em favor do presidente deposto do Paraguai, Fernando Lugo.

- (31) Lugo foi inábil ao longo de todo o seu mandato. O procedimento iniciado no Congresso seguiu o previsto na Constituição. Mas nada justifica o recurso açodado ao *impeachment*, dispositivo que deveria ser reservado a casos de claro desrespeito à lei por parte do mandatário. Da forma apressada com que **foi feito** (31a) o julgamento, **não se concedeu** (31b) ao réu o direito de se defender de maneira apropriada.

(II: ‘Impeachment de Lugo’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1109279-editoriais-impeachment-de-lugo.shtml>>)

As duas ocorrências destacadas, (31a) e (32b), ilustram um dos recursos mais comuns nos editoriais analisados: a ocultação do agente por meio das chamadas voz passiva analítica e sintética. Como aponta Hawad (2002), em casos como esses, a opção pela voz passiva tem motivação pragmática: o Emissor busca tematizar as ações, por isso lança mão de uma construção iniciada por predicadores. Do ponto de vista semântico, construções desse tipo codificam o sujeito paciente e ocultam o agente. Morfossintaticamente, em ambos os casos, há um sujeito paciente posposto codificado – *o julgamento; o direito* (O direito de [o réu] se defender de maneira apropriada não foi concedido). Ainda que ocultado nessas duas estruturas passivas, o agente responsável pelo *impeachment* do presidente paraguaio pode ser inferido, no início do texto, por meio do agente da passiva (deflagrado o processo de *impeachment pelo Congresso*) e, depois, por meio do locativo (O processo iniciado no Congresso).

Para a GDF, não há indeterminação referencial em (31a) e (31b). O Componente Contextual aponta para um agente (3ª pessoa) que *fez* (o julgamento de Lugo) e não *concedeu* (o direito de defesa a Lugo). Entretanto, o que ocorre é a não codificação de formas (lexicais ou gramaticais) para a marcação do traço semântico agente. A ausência da codificação do agente é, comumente, analisada como forma de indeterminação referencial, mas o que se deve entender é que, nesses casos, não há codificação indeterminadora. O que se observa é a ocultação (ou não codificação) do agente do predicador (no caso, *fazer e conceder*). O Emissor pode ocultar o agente de forma proposital, mas essa ocultação não codifica indeterminação. Tal ocultação é um procedimento discursivo e não gramatical. Nesse sentido, as construções passivas atestam uma intencionalidade de não expor e/ou não comprometer o agente (semântico) – e não o sujeito (sintático), que, nesses casos, está codificado como sujeito paciente.⁹

Apresentadas as motivações do reduzido número de indeterminação de referentes dos gêneros textuais descartados, apresentamos, a seguir, a distribuição das 86 ocorrências de indeterminação do sujeito que serão analisadas.

TIPOS DE INDETERMINAÇÃO	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	Total por gênero textual
Artigo de opinião	-	-	12	12 – 14%
Entrevista	2	4	68	74 – 86%
Total por tipo de indeterminação	2 – 2,3%	4 – 4,7%	80 – 93%	86 – 100%

Tabela 1: As 86 ocorrências de indeterminação de referente analisadas

A análise do comportamento de cada tipo de indeterminação referencial é apresentada a seguir.

⁹ O uso do procedimento discursivo de ocultação de sujeito mostrou-se um recurso predominante nos editoriais analisados.

4.1 TRÊS TIPOS DE INDETERMINAÇÃO REFERENCIAL

4.1.1. Indeterminação do Tipo 1 [+id; -s]

No cópula, foram encontrados apenas dois casos de indeterminação de referência parcial do Tipo 1, ambos na entrevista do brasileiro preso com cocaína, em 2003, na Indonésia. Marcos Archer foi condenado à morte em 2004, recorreu da sentença, mas teve todos os recursos na Justiça negados. Em 2012, na iminência de ser fuzilado, foi entrevistado por telefone pelo repórter da *Folha de S. Paulo*. Na ocorrência (32), o repórter quer saber como Archer ficara sabendo de sua possível execução:

(32) *Folha*: **Alguém** te avisou sobre a possibilidade de execução?

Archer: Não. Ninguém me avisou de nada. Sei que saiu na imprensa aqui só.

(E12: Marco Archer C. Moreira – brasileiro condenado à morte na Indonésia)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1110519-peco-a-dilma-que-ao-menos-tente-me-salvar-diz-condenado-a-morte.shtml>>)

A análise dessa ocorrência, feita segundo os critérios estabelecidos no capítulo anterior, identifica, no Nível Interpessoal, um caso de indeterminação de referência parcial em que o Emissor codifica o seu desconhecimento do referente por meio da forma *alguém* [+id; -s]. O mesmo operador marca, no Nível Representacional, a genericidade (g) em quantidade (q) unitária, um só indivíduo. Ainda no Nível Representacional, a forma *alguém* indica o traço [+humano] dado pela própria forma gramatical. O predicador *avisou* reforça o traço semântico [+humano]. A indeterminação e a genericidade, pragmática e semanticamente formuladas, são codificadas na palavra gramatical *alguém*, representada a seguir:

- (33) NI: $R_i (+id, -s)$
 NR: $f_1: (^h\pi_g)$
 NM: $Gw_{alguém}$

Uma representação como (33) especifica os seguintes tipos de informação: no Nível Interpessoal (NI), o Subato Representacional (R_i), representa a identificabilidade e a não-especificidade do referente da forma *alguém* (+id, -s); no Nível Representacional (NR), o argumento 1 é representado pelo próprio operador (π) de genericidade (g), codificado, no Nível Morfossintático (NM) como uma palavra gramatical (Gw), o pronome indefinido *alguém*.

Essa representação reflete o mesmo tipo de indeterminação de referência codificada por meio da forma gramatical *quem*:

- (22) *Folha*: **Quem** pode evitar?

Archer: A presidente Dilma. A única pessoa que pode me salvar é ela. Peço para ela ao menos tentar me ajudar. De presidente para presidente, talvez ela resolva. Quem sabe ela resolve e consegue abaixar a minha pena para prisão perpétua. Eu peço ajuda também ao presidente [da Indonésia] Susilo. Ele é muito poderoso. (E12: Marco Archer C. Moreira – condenado à morte)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1110519-peco-a-dilma-que-ao-menos-tente-me-salvar-diz-condenado-a-morte.shtml>>)

Nesse caso, o Emissor questiona Archer sobre a pessoa que poderia evitar que a sentença fosse executada. A forma *quem* marca a não identificabilidade desse referente pelo Emissor e a pressuposição de que o Destinatário conheça esse referente. No Nível Representacional, a palavra gramatical *quem* marca a genericidade por não haver, para tal forma, uma designação particular. Assim como em (32), o predicator, neste contexto, reforça o traço semântico [+humano]. Do ponto de vista morfossintático, temos a

formulação da indeterminação (pragmática) e da indefinição (semântica) codificadas na mesma forma gramatical.

As formas *alguém* (32) e *quem* (22) são interrogativas típicas usadas em momentos de interação em que o Emissor, assumindo desconhecer um determinado referente, pede ao Destinatário que lhe forneça a informação nova. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 122), a combinação [+id, -s] é naturalmente associada à ilocução interrogativa.

O número reduzido de indeterminação referencial do Tipo 1 pode ser justificado pelo propósito comunicativo de busca de informação não ser o objetivo de textos de tipo argumentativo de base.

4.1.2 Indeterminação do Tipo 2 [-id; +s]

Na indeterminação de referência do Tipo 2, o Emissor pressupõe que o referente não seja identificável pelo Destinatário. É o que podemos rever em (23):

- (23) *Folha*: Há **quem** diga que a MPB que se faz hoje é muito pior que antigamente.
Gil: Mudou muito. Chico [Buarque] chega a dizer que teme pelo desaparecimento da canção. Porque percebe que a canção da forma como existiu no nosso tempo, como forma de expressão quase sagrada, com aquela aura de oração religiosa, para a qual nos empenhávamos com todo entusiasmo está deixando de existir.
 (E11: Gilberto Gil – show de aniversário de 70 anos).
 (<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50890-cada-vez-me-desvencilho-mais-de-minha-propria-historia.shtml>>)

Aqui, o Emissor questiona o Destinatário sobre mudanças sofridas pelas canções da MPB ao longo dos anos. Ao empregar a forma *quem*, o Emissor pressupõe que o Destinatário não seja capaz de identificar o referente, ainda que o próprio Emissor o seja. A ocorrência (23) aponta para uma indeterminação de referência parcial [-id, +s] e indica uma

codificação intencionalmente construída pelo Emissor no intuito de preservar a própria face e/ou a face do(s) referente(s) da forma *quem*.

Essa mesma intencionalidade de preservação da identificabilidade do referente foi identificada em outras três ocorrências.

Em (34), esse tipo de indeterminação é marcado por expressão nominal com forma lexical marcada com a propriedade semântica [+coletivo].

- (34) *Erundina*: Já marquei um encontro com **um grupo grande de pessoas** que está um pouco afastada da atividade política desde o meu mandato.

(E6: Luiza Erundina – candidata à vice-prefeita de São Paulo)

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1105770-erundina-questiona-apoio-de-maluf-e-critica-slogan-do-pt.shtml>

O Emissor, a candidata à vice-prefeitura de São Paulo, fala sobre como pretende definir sua campanha eleitoral. Erundina afirma que não a fará sozinha, mas com *um grupo grande de pessoas*, que já trabalhara com ela enquanto prefeita de São Paulo. Ao empregar a construção sintagmática *um grupo grande de pessoas*, assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário, mas marca a especificidade do referente [+s] para si própria através da construção modificadora (*desde*) *o meu mandato*.

No Nível Representacional, temos ativada a propriedade lexical que indica coletividade. As formas coletivas indicam por si só genericidade, mas, como temos verificado, a marcação negativa em pelo menos um dos operadores pragmáticos já ativa a marcação positiva do operador semântico (g) de genericidade. Isso porque a forma indefinida *um* é a expressão de dois operadores. No Nível Interpessoal é operador de identificabilidade e de especificidade; no Nível Representacional, é operador de

genericidade. A palavra gramatical *um* formulada como [-id, +s] indetermina a forma lexical *grupo* e torna semanticamente genérica a construção como um todo, *um grupo*.

O Tipo 2 de indeterminação de referência também foi encontrado em estruturas com sujeito vazio. Ambas as construções indeterminadoras (CI) são desinencialmente marcadas pelo operador/morfema *am* (3ª p.p.) no predicador *falar*, como demonstrado a seguir:

(28) *Folha*: Espera uma campanha agressiva?

Erundina: Nesta fase já houve manifestações indelicadas, no mínimo. Falaram que eu ia terminar minha carreira política com essa tarefa [ser vice], por exemplo...

(E6: Luiza Erundina – candidata à vice-prefeita de São Paulo)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1105770-erundina-questiona-apoio-de-maluf-e-critica-slogan-do-pt.shtml>>)

No exemplo (28), a candidata à vice de Fernando Haddad, Luiza Erundina, ao responder a pergunta do entrevistador, primeiro opta por não codificar o(s) agente(s) das “manifestações indelicadas” através de uma construção existencial, o uso unipessoal do verbo *haver*: “houve manifestações indelicadas”. A seguir, pondera sobre o conteúdo dessas manifestações, mas, ao empregar uma CI marcada pelo operador desinencial –*am* de 3ª p.p., o Emissor pressupõe que o Destinatário não possa identificar os referentes-agentes do predicador *falar*, ainda que o próprio Emissor possa fazê-lo. Em CIs desinenciais, o *slot* da função sujeito está vazio e a indeterminação é codificada por meio da marcação gramatical de número e pessoa, no predicador, representado no Subato Atributivo, como representado em (35), apresentado a seguir:

- (35) NI: C₁: (T₁: falar [-S, -A])
 NR: (p₁:falar [(^hx_i)]p_i)
 NM: falar-3.PL.PRET.PERF.IND

No Nível Representacional, o predicador *falar* seleciona a categoria semântica Indivíduo, representado em (35) como Indivíduo (x) do tipo humano (^hx). Ainda que, no Nível Morfossintático, a marcação plural indique mais de um indivíduo, o Emissor pode estar se referindo a apenas um indivíduo. A não correspondência entre quantidade semântica e codificação plural reforça, portanto, a não identificabilidade do(s) referente(s).

O exemplo (36) reflete o mesmo tipo [-id; +s] e estrutura (CI) de indeterminação:

- (36) *Folha*: **Falam** na possibilidade de problemas por ele [Geraldo Alckmin] ter sido derrotado pelo Kassab em 2008.
 (E10: José Serra – candidato à prefeitura de São Paulo).
 (<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50634-ter-cara-de-candidato-a-presidencia-nao-e-um-problema-ajuda.shtml>>)

O Emissor questiona o Destinatário, candidato à prefeitura de São Paulo, sobre possíveis dificuldades, para a sua eleição, originadas pela derrota do aliado, Geraldo Alckmin, ao candidato da oposição Gilberto Kassab. O Emissor, assim como em (28), ao empregar uma CI marcada pela desinência de 3^a p.p., pressupõe que o Destinatário não possa identificar o(s) referente(s) do predicador *falar*, ainda que o próprio Emissor tenha condições de fazê-lo:

- (37) NI: C₁: (T₁: falar [-S, -A])
 NR: (p₁:falar [(^hx_i)]p_i)
 NM: falar-3.PL.PRES.IND

Assim como no Tipo 1, as formas codificadoras do Tipo 2 ocorreram apenas no gênero entrevista. No corpus, a codificação do Tipo 1 é marcada apenas por formas pronominais interrogativas (alguém, quem), enquanto o Tipo 2 apresenta, em apenas quatro exemplos, três possibilidades de codificação da indeterminação de referência: gramatical (pronome indefinido - quem), lexical (coletivo acompanhado por operador de indefinição – um grupo) e CI desinencial (falaram, falam).

O gênero entrevista é caracterizado pela estrutura pergunta-resposta entre entrevistador e entrevistado. O objetivo é a obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões e, mais raramente, informações pontuais. Assim sendo, a presença de indeterminação de referência do Tipo 1, apenas nesse gênero, pode ser interpretada com base na estrutura do próprio gênero (pergunta-resposta). O reduzido número de ocorrências do Tipo 1 pode ser explicado pelo predomínio de interrogativas que visam a, especialmente, explorar a avaliação e opinião do entrevistado sobre determinado fato/assunto. E é justamente esta característica do gênero entrevista que viabiliza, para o entrevistado, o recurso ao Tipo 2, dada a conveniência da indeterminação do referente para posicionar-se e, ainda, preservar a sua face e a do(s) referente(s).

4.1.3 Indeterminação do Tipo 3 [-id, -s]

O Tipo 3 mostrou-se a forma mais comum de indeterminação referencial. Em 80 das ocorrências (93%), o Emissor pressupõe o desconhecimento da identificabilidade do referente pelo Destinatário e por ele próprio.

INDET. DO TIPO 3 ESTRUTURA Forma	CONSTRUÇÕES INDETERMINADORAS (CI)			SUJEITO EXPLÍCITO		Total por gênero
	Desinencial (3ª p.p.)	Índice –se de indeterminação	Não-finita	Gramatical	Lexical	
Artigo de opinião	1	1	2	6	2	12 – 15%
Entrevista	1	1	2	41	23	68 – 85%
TOTAL	2 – 0,25%	2 – 0,25%	4 – 0,5%	47 – 59%	25 – 31%	80 – 100%

Tabela 2: Distribuição das 80 ocorrências de indeterminação do Tipo 3

4.1.3.1 Indeterminação do Tipo 3 com Construção Indeterminadora (CI)

Como apresentado na Tabela 2, acima, são três as formas de CI: *Desinencial*, *Índice de indeterminação –se* e *Não-finita*, as quais são analisadas a seguir.

A) *Desinencial*

Como apresentado na Tabela 2, foram dois os casos de indeterminação de referência total codificados por desinência, ambos marcados pela 3ª pessoa do plural. Os exemplos (38) e (39) ilustram esse tipo de CI:

- (38) [...] alguém (38a) no Rio de Janeiro decidiu que este modesto escriba deveria ser fotografado em estúdio por um fotógrafo profissional. Não por meus duvidosos atributos físicos, mas porque queriam (38b) minha foto numa publicação, junto aos textos meus que saíam ali...

(O9: ‘Tarde amara na Avenida Santo Amaro’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/51202-tarde-amara-na-avenida-santo-amaro.shtml>>)

Em (38a), o Emissor marca a indeterminação de referência do Tipo 3 por meio da forma *alguém*. A seguir (38b), a marcação desinencial de 3ª p.p. retoma e reitera a indeterminação da referência da forma lexical já explicitada. Tanto a codificação da forma pronominal *alguém* quanto a codificação desinencial –am apontam para um Emissor que

pressupõe o desconhecimento do referente por ambos os interlocutores. Situação similar acontece em (39):

- (39) *Paschoal*: Na academia, a mesma pessoa (39a) que tem um discurso libertário, de menor intervenção do direito penal – por exemplo, em casos de crime contra o patrimônio, mesmo aqueles com violência ou grave ameaça, casos de tráfico, casos de aborto, que acham (39b) que tem que legalizar completamente – têm discurso extremamente endurecedor, de intervenção estatal em searas que poderiam ser trabalhadas por outros campos.

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>

Em 39b, a codificação, por meio de CI desinencial (*acham*), também retoma uma configuração nominal indeterminadora explícita da função sujeito, *a mesma pessoa* (39a). Esse recurso aponta para uma regularidade de um recurso de retomada de indeterminação referencial: forma indeterminadora explícita, retomada por forma CI.

No Nível Interpessoal, as ocorrências (38a) e (39a) têm os operadores de identificabilidade e de especificidade marcados em Subatos Referenciais e codificados, respectivamente, pela forma gramatical *alguém* e pela forma lexical *pessoa*. Em ambos os casos, o Emissor, ao empregar tais formas, assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e a sua não especificidade [-s] por ele próprio. No Nível Representacional, essas mesmas formas indicam genericidade (g) e quantidade unitária da categoria Indivíduo marcada como humano (^hx)^g.

Em (38b) e em (39b), a indeterminação não é representada nem no Nível Interpessoal nem no Nível Representacional. A representação ocorre apenas no Nível Morfossintático por meio da desinência de 3^a p.p. *-am*. Ainda que os núcleos

indeterminadores explícitos da função sujeito (alguém e pessoa) encontrem-se no singular, a forma desinencial que retoma o referente já marcado como não identificável nem especificável [-id, -s] é codificado com marcação plural, reforçando a indeterminação do(s) referente(s) por meio do que denominaremos ‘estratégia de semântica quantificadora’.

Os exemplos (38a), (38b) e (39a), (39b) são, respectivamente, representados em (40a), (40b) e (41a), (41b):

(40a) NI: (-id, -s)
NR: [$(^h\pi_g)^{q=1}$]
NM: Gw_{alguém}

(40b) NI: C₁: (T₁: [-S, -A])
NR: [f_1 : *querer*] ($^h x_i$)
NM: querer-3.PL.PRET.PERF.IND

(41a) NI: (-id, -s)
NR: [$(\pi\sigma) (^h x^c)^{q=1}$]
NM: Ns_{a mesma pessoa} ((Gw) (Lw))

(42b) NI: C₁: (T₁: [-S, -A])
NR: (p_1 : [f_1 : *achar*] ($^h x_i$)) p_1)
NM: achar-3.PL.PRES.IND

B. Índice de indeterminação (a partícula –se)

As duas ocorrências com a partícula –se, codificadora de indeterminação de referência do Tipo 3, são analisadas a seguir:

- (43) O texto parece frio e cruel, mas traduz a rotina de um dos locais mais importantes da história de São Paulo – e também de outros, como a praça da Sé, o largo São Bento e o entorno da BM&F Bovespa. Estranhamente, não se fala disso.

(O7: ‘Os donos do Largo de São Francisco)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/50998-os-donos-do-largo-de-sao-francisco.shtml>>)

Nesse caso, o Emissor fala sobre o que denomina rotina do Largo de São Francisco – a mendicância, as brigas, o consumo de drogas, a doação de alimentos à noite – e afirma que “ninguém em sã consciência pode achar que a situação de rua é normal ou aceitável”. O Emissor acredita que a situação não seja discutida e/ou resolvida por medo da acusação de preconceito. Por meio da forma *–se*, o Emissor marca a não identificabilidade e não especificidade [-id, -s] do(s) referente(s), o que corresponde à codificação de indeterminação de referência total. No Nível Representacional, temos representado o predador *falar* com o traço semântico [+humano]. A forma *–se*, codificada no Nível Morfossintático, remete a um referente de 3ª pessoa, podendo incluir qualquer indivíduo (ou grupo) não implicado na interação verbal.

Também em (44), a forma *–se* marca indeterminação de referência do Tipo 3.

- (44) *Folha*: Quais seriam as propostas menos invasivas para não criminalizar esses atos?
Paschoal: No caso de abandonar animal, poderia haver multas. Multa-se tanto no trânsito...

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>

Em (44), o Emissor defende a descriminalização de atos como ‘abandono de animal’ e propõe o que denomina ‘penas menos invasivas’ como o pagamento de multa para casos desse tipo. Assim como em (43), a partícula indeterminadora *–se* indica não identificabilidade e não especificidade do referente para ambos os interactantes [-id, -s]. No Nível Representacional, o predador *multa* marca o traço semântico [+humano]. No Nível Morfossintático, a forma *–se* é codificada indicando um referente de 3ª pessoa que pode incluir qualquer indivíduo (ou grupo) que não os interactantes.

A forma *–se* marca a indeterminação de referência total [-id, -s]. Do conteúdo semântico do predicado *multar*, infere(m)-se o(s) possível(is) referente(s): governo, o(s) guarda(s), a lei. O uso da forma *–se* marca a indeterminação e a indefinição do referente do predador *multar*. O uso da CI com a forma *–se* assinala, discursivamente, o foco na ação e não em quem a pratica.

Em termos de indeterminação, podemos falar em um *continuum* de indeterminação de referentes a depender do conteúdo semântico do predador, selecionado pelo Emissor na interlocução. Esse *continuum*, encontrado apenas no Tipo 3 [-id, -s], caracteriza-se pelo envolvimento ou não dos interlocutores apontado pelo Emissor. Em (43), a forma *–se* remete a um referente de 3ª pessoa que inclui qualquer indivíduo (ou grupo) e exclui os interlocutores da interação verbal; em (44), a mesma marcação, ainda que também exclua os interlocutores, limita, por meio do conteúdo semântico do predador *multar*, o(s) referente(s) possíveis. Tal limitação parece ser possível devido à informação pragmática comum aos interlocutores sobre o valor semântico do predador ‘multar’ acionado pelo contexto situacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

C) Indeterminação com forma verbal não-finita

No corpus, foram encontradas quatro codificações de indeterminação de referência do Tipo 3 com forma verbal não-finita.

(45) *Folha*: Falou ao governador Alckmin que achou a ação na cracolândia midiática, como tem dito na campanha?

Chalita: Falei na imprensa e a ele. Não sou contra a polícia na cracolândia, mas achar que isso resolve é ingenuidade ou ação midiática. É preciso investir em prevenção e recuperação, com internação em comunidades terapêuticas.

(E7: Gabriel Chalita – candidato à prefeitura de São Paulo)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50492-com-maluf-aliado-ao-pt-sou-o-novo-em-sp.shtml>>)

Aqui o Emissor posiciona-se, como candidato à prefeitura de São Paulo, sobre as ações do governo Alckmin em relação à cracolândia. Com verbo não-finito e impessoal, a CI ‘investir em preservação e recuperação’ corresponde à função sujeito da construção ‘É preciso’, e a função sujeito da CI encontra-se vazia. Esse tipo de CI se diferencia das demais, justamente, por não pressupor a expressão do sujeito. No entanto, o fato de a informação ser reduzida à ação, processo ou estado expresso pelo verbo, sem menção aos seus argumentos, gera um sentido semelhante à indeterminação referencial.

Três outras ocorrências com CI não-finitas são apresentadas e analisadas na sequência:

(46) Ser magistrado no Brasil se tornou uma profissão de risco.

(O13: ‘Profissão de risco’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/1112301-tendenciasdebates-profissao-de-risco.shtml>>)

(47) Fazer vistas grossas a dezenas de pessoas [os mendigos que ‘habitam’ o Largo] sujeitas a todo tipo de intempérie, doenças e violência, isso sim, merece os piores predicados.

(O7: ‘Os donos do largo de São Francisco’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/50998-os-donos-do-largo-de-sao-francisco.shtml>>)

(48) Eu conheço gente processada porque tapou um buraco de uma praça sem autorização, porque cortou uma árvore sem autorização. Cobrar uma multa, não leva o cidadão para a justiça criminal.

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)

No primeiro caso (46), o Emissor, articulista do artigo de opinião, observa que, em 2012, o número de juízes ameaçados de morte havia subido de 100 para 150, concluindo que ‘ser magistrado’ tornara-se profissão de risco. Como já observado em (45), esse tipo de CI não pressupõe a expressão do sujeito. Em (46), a informação é reduzida ao estado expresso pelo predicator *ser*. Em (47) e (48), a informação é reduzida à ação expressa pelos predicadores *fazer* e *cobrar*.

Ainda que as ocorrências com CI não-finita não pressuponham um sujeito, elas podem apresentar diferença na possibilidade de preenchimento da lacuna do sujeito, determinada por fatores discursivos e semânticos.

Na situação comunicativa em (45), o Emissor aponta o que deve ser feito pelo governo Alckmin para resolver o problema da cracolândia. Em (46), o Emissor, sendo juiz, pressupõe para ele e para qualquer outro juiz os riscos da profissão. Em (47), o Emissor, lança mão de um sentido indeterminador mais generalizante, ao se excluir do conjunto de pessoas que afirmam ser a retirada dos mendigos do Largo de São Francisco uma forma politicamente incorreta de ‘higienismo’. Em (48), dado o conteúdo semântico do predicator *cobrar*, limitam-se os possíveis referentes: o governo, a lei. Embora previsíveis os referentes, o uso da CI com forma não-finita do predicator aponta, como nas CIs com a forma *-se*, um *continuum* de indeterminação. A indicação de envolvimento ou não do Emissor na ação/processo/estado e o valor semântico do predicator apontam diferentes níveis do sentido indeterminador nas CI não-finitas.

4.1.3.2 Indeterminação do Tipo 3 com sujeito explícito

A) Palavras gramaticais codificadoras de indeterminação

INDETERMINAÇÃO DO TIPO 3 Palavras gramaticais (pronomes)	Tratamento	Indefinido		Pessoal	Total por gênero textual
	<i>Você</i>	<i>Quem</i>	<i>Alguém</i>	<i>Eles</i>	
Artigo de opinião	1	3	2	–	6 – 13%
Entrevista	25	10	4	2	41 – 87%
Número de ocorrências e porcentual em relação às 47 ocorrências	26 – 56%	13 – 27%	6 – 13%	2 – 4%	47 – 100%

Tabela 3: Distribuição das 47 ocorrências codificadas com palavras gramaticais.

O pronome *você* aparece como a forma mais recorrente de indeterminação de referência do Tipo 3 [-id, -s] com sujeito explícito, 56% das ocorrências, 26 das 47 palavras gramaticais codificadoras de sujeito indeterminador. O exemplo (49) ilustra essa forma de indeterminação.

- (49) *Folha*: O sr. tem dito que há secretarias demais na cidade. Quais pretende extinguir?
Chalita: Há várias secretarias na área de emprego, de gestão. **Você** pode reformular, unir, para chegar a 15 [hoje são 27].
 (E7: Gabriel Chalita – candidato à prefeitura de São Paulo)
 (<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/50492-com-maluf-aliado-ao-pt-sou-o-novo-em-sp.shtml>>)

No Nível Interpessoal, a forma *você* marca não identificabilidade e não especificidade [-id, -s]. O Emissor deixa em aberto o referente do pronome *você*, criando a possibilidade de o referente ser identificado como o Destinatário ou qualquer pessoa, entre as quais se inclui o próprio Emissor. No Nível Representacional, o operador de genericidade marca indefinição, reforçando a indeterminação referencial (x)^g. Do ponto de vista pragmático, a forma *você* generalizante envolveu o Emissor e o Destinatário em 100% dos casos

analisados. Assim sendo, as demais 25 ocorrências também podem ser representadas como: NI: [-id, -s]; NR: (x)^g; NM: Gw_{pronom}.

Essa significativa diferença na quantidade (26 formas) e na forma de codificação da indeterminação de referência nos gêneros textuais (apenas 1 ocorrência no artigo de opinião) pode ser explicada em termos de grau de formalidade do Nível Interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 118). O artigo de opinião apresenta uma relação de maior formalidade [+h(igh)] entre Emissor e Destinatário, adversa à relação, predominantemente, face a face do gênero entrevista.

Enquanto a codificação da forma *você* assinala para uma formulação que não distingue a inclusão ou não dos interlocutores, as formas *quem* e *alguém* marcam o não envolvimento do Emissor ou do Destinatário. As ocorrências (50) e (51) ilustram a codificação da indeterminação por meio da forma pronominal *quem*:

(50) *Barbosa: Quem* trata esse tipo de alteração precisa gostar muito de gente. É preciso exercitar a solidariedade.

(E5: Ana Beatriz Barbosa – a psiquiatra fala sobre seu novo livro ‘Mundo singular’ que trata das variações do autismo em crianças)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saudeciencia/47654-crianca-autista-ainda-e-vista-como-deficiente-mental.shtml>>)

A psiquiatra observa que muito além de tratar um autista é preciso confortá-lo, solidarizar-se com o problema. Ao empregar a forma *quem*, o Emissor assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e a sua não especificidade [-s] por ele próprio. Dada a situação comunicativa, a forma codificadora de indeterminação referencial sinaliza a exclusão do Emissor que se posiciona como solidário com crianças

autistas.¹⁰ No Nível Representacional, a mesma forma atua como operador de genericidade

(g) e marca o traço [+humano]: (^h π)^g

Também em (51), a forma *quem* é codificadora de indeterminação de referência.

(51) Há **quem** defenda o fim dessas investigações, para gáudio dos criminosos.

(O1: ‘Quem quer calar a MP’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/50415-quem-quer-calar-o-mp.shtml>>)

Aqui temos um segmento de um artigo de opinião que discute o projeto de lei PEC37, que tornaria a investigação exclusividade da polícia. A forma *quem*, aqui empregada, indica indeterminação do Tipo 3 [-id; -s] e cria a possibilidade de o referente, codificado como 3ª pessoa do singular, ser identificado como qualquer outra pessoa, entre as quais, entretanto, o Emissor não se inclui. Assim como em (50), no Nível Representacional, a forma *quem* atua como um operador de genericidade (g), marcando, também, traço [+humano]: (^h π)^g,

No corpus, das 13 ocorrências da forma *quem*, 12 (92,3%), marcam o não envolvimento do Emissor e/ou do Destinatário. No entanto, a forma *quem*, dando continuidade ao que afirma o Emissor em (46), marca o envolvimento do Emissor entre os aqueles que defendem a investigação criminal realizada também pelo Ministério Público.

(52) Há quem defenda o fim dessas investigações, para gáudio dos criminosos. Em polo oposto está **quem** advoga a possibilidade do Ministério Público realizar ou assumir a investigação criminal.

(O1: ‘Quem quer calar a MP’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/50415-quem-quer-calar-o-mp.shtml>>)

¹⁰ A forma “quem” pode ser definida como um pronome relativo indeterminador sem antecedente, que aparece sem referência determinada e sem antecedente (in)determinado. No português, é comumente utilizado em construções proverbiais como “Quem tudo quer tudo perde” ou “Quem com ferro fere com ferro será ferido”.

Assim como em (51), o uso da forma *quem* em (52) indica não identificabilidade e não especificidade, apontando uma indeterminação total de referência: [-id, -s]. Do ponto de vista semântico, *quem* é genérico e marca o traço [+humano]. No Nível Morfossintático, a forma pronominal codificadora de sujeito indeterminador é marcada no singular, mesmo podendo apontar, no Nível Interpessoal, mais de um referente. Contudo, é necessário observar a importância do discurso ao sinalizar ora a exclusão (51) ora a inclusão (52) do Emissor, representadas, respectivamente, em (53) e (54):

(53) NI: (-id -s; R_I [-S, -A] R_I)

NR: (^hπ)^g

NM: Gw_{quem}

(54) NI: (-id -s; R_I [±S, -A] R_I)

NR: (^hπ)^g

NM: Gw_{quem}

Uma representação como (53) especifica os seguintes tipos de informação: no Nível Interpessoal (NI), o Subato Representacional (R_I) representa a não-identificabilidade e a não-especificidade do referente da forma *quem* (-id, -s); não há marcação dos participantes da interação [-S, -A]. No Nível Representacional (NR), o Argumento 1 é representado pelo próprio operador (π) de genericidade (g), acompanhado do traço [+humano]. No Nível Morfossintático (NM), a forma indeterminadora é codificada como uma palavra gramatical (Gw), o pronome indefinido *quem*.

A representação (54) difere apenas pelo fato de, dentro do contexto situacional, a forma *quem* assinalar a inclusão do Emissor e, por isso, a representação [±S] (Speaker) apontando a possibilidade de estar o Emissor entre os referentes. Essa possibilidade é

inferida com base na oposição marcada entre “**quem** defenda o fim dessas investigações” feitas pelo Ministério Público e, “em polo oposto”, “**quem** advoga a favor” das investigações pelo Ministério Público.

A codificação do sujeito indeterminador por meio do pronome indefinido *alguém* foi detectada em seis ocorrências. Os referentes indeterminados correspondem, gramatical e discursivamente, à 3ª pessoa em 100% das ocorrências.

- (55) *Peñalosa*: Em Bogotá, os atropelamentos são a principal causa de morte de menores de 14 anos. [...] O problema é que cada vez que propomos alguma coisa, **alguém** diz: não é possível.

(E9: Enrique Peñalosa – ex-prefeito de Bogotá e consultor em trânsito defende que cidades deem mais espaço para pedestres e ciclistas)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/50729-governos-devem-cobrar-carro-pelo-uso-do-carro.shtml>>)

- (56) *Paschoal*: É fácil você encontrar **alguém** que defenda arduamente que o racismo é crime, que o racismo é hediondo...

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)

Em (55), o Emissor observa que as propostas para minimizar as mortes por atropelamento são dadas como impossíveis de se pôr em prática. O Emissor confere a um referente indeterminado o comentário sobre a impossibilidade de suas propostas. A forma codificadora *alguém* é indeterminadora e assinala o pressuposto do Emissor de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e a não especificidade [-s] por ele próprio. No Nível Representacional, a forma *alguém* atua como um quantificador indefinido que aponta para um indivíduo [+humano] e que, embora evidencie apenas um

elemento dentro de um conjunto, marca, em (56) uma quantidade semântica maior que um. A forma *alguém* atua, ainda, como operador de genericidade, na medida em que não aponta uma designação específica.

Em (56), o Emissor, ao abordar a questão do racismo, recorre ao pronome *alguém*. Entretanto, a oração relativa ‘que defenda arduamente que o racismo é crime’ aponta uma restrição dos referentes da forma *alguém*, indicando uma porção de um conjunto à qual se quer referir. O referente de *alguém*, mesmo tendo sua extensão limitada, assinala a não especificidade do referente pelo Emissor e sua pressuposição de não identificabilidade desse mesmo referente pelo Destinatário. Temos, assim, um sujeito indeterminador dentro de um grupo determinado.

Das seis ocorrências encontradas no corpus, quatro apresentam a forma *alguém* acompanhada de algum tipo de restrição. Nesses casos, a forma *alguém*, ainda que dentro de um grupo definido, continua a marcar indeterminação do referente.

É preciso observar que não há, nessas ocorrências, um *continuum* de indeterminação referencial acionado por fator interpessoal como nas CIs, já que 100% das ocorrências codificam apenas 3ª pessoa, não apresentando envolvimento dos interlocutores. Assim sendo, é possível afirmar que a forma gramatical *alguém* é uma forma codificadora de indeterminação mesmo quando os referentes são acompanhados de construção restritiva.

O pronome pessoal *eles* também pode codificar indeterminação referencial. É o que podemos verificar em:

- (57) *Paschoal*: Outra estratégia [do procurador]: colocar um monte de gente numa investigação, pessoas que não têm nada a ver, porque **eles** vão ficar apavorados e vão entregar os outros.

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)

- (58) *Erundina*: As pessoas confiam em mim. Sabem que eu não escolheria ninguém que não vá governar com o povo. **Eles** me conhecem e confiam nas minhas decisões políticas.

(E6: Luiza Erundina – candidata à vice-prefeita de São Paulo)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1105770-erundina-questiona-apoio-de-maluf-e-critica-slogan-do-pt.shtml>>)

Nas duas únicas ocorrências com a forma o pronome *eles*, (57) e (58), temos uma coesão nominal, com encadeamento de nomes e pronomes. A forma pronominal codificadora de indeterminação referencial, *eles*, retoma, anaforicamente, uma forma nominal também indeterminada.

Em (57), Paschoal critica a atuação dos procuradores nas investigações. A construção nominal *um monte de gente* (argumento 2) é retomada pela forma lexical *pessoas* (argumento 1) que é retomada pela forma *eles*. Em nenhuma delas, o Emissor sinaliza identificabilidade ou especificidade dos referentes. No Nível Representacional, as formas têm em comum o traço [+humano]. As duas formas codificadoras de sujeito indeterminador *pessoas* e *eles* apresentam uma diferença de codificação no que diz respeito à marcação morfossintática de gênero. Embora, no primeiro caso, a forma lexical marque o gênero feminino, no segundo, a forma pronominal marca o gênero masculino.

A ocorrência (58) reflete a mesma situação dada em (57). Em (58), Erundina afirma que *as pessoas* confiam nela e que *eles* (os eleitores) confiam nela e, por conseguinte, em suas decisões políticas. A forma codificadora de indeterminação referencial *eles* retoma a

forma *as pessoas*. Semanticamente, as duas formas marcam o traço [+humano]. Novamente, a forma lexical marca o gênero feminino, e a pronominal, o masculino.

Como já observado nas ocorrências com CIs de 3ª p.p. (28), (36), (38) e (39), a marcação de desinência plural no predicador não indica necessariamente mais de um referente. De forma contrária, as ocorrências com marcação explícita dos pronomes indefinidos *quem* e *alguém* em (50), (51), (55) e (56) assinalam uma marcação singular que não indica necessariamente apenas um referente. Comparando-se a não correspondência do gênero entre formas indeterminadoras que apontam um mesmo referente em (57) e (58) e a não correspondência de número, é possível afirmar que as marcações morfossintáticas de número e de gênero não afetam a indeterminação referencial; pelo contrário, reforçam-na.

B) Palavras lexicais codificadoras de indeterminação do Tipo 3

INDETERMINAÇÃO DO TIPO 3 – sujeito indeterminador <i>Palavras lexicais</i>	Formas generalizantes com determinantes						Forma generalizante sem determinante	Forma específica com determinante	Total por gênero
	<i>Pessoa (as)</i>	<i>Fulano</i>	<i>Sujeito</i>	<i>Pessoal</i>	<i>Cidadão</i>	<i>Gente</i>	<i>Pessoas</i>	<i>Procurador</i>	
Artigo de opinião	–	–	–	–	–	1	1	–	2
Entrevista	15	1	1	1	1	–	3	1	23
TOTAL	15 60%	1 4%	1 4%	1 4%	1 4%	1 4%	4 16%	1 4%	25 100%

Tabela 4: Distribuição das 25 ocorrências codificadas por palavras gramaticais

As 25 ocorrências de indeterminação de referência codificadas com formas lexicais marcam exclusivamente 3ª pessoa (singular ou plural); nenhuma aponta envolvimento dos interactantes. Do ponto de vista semântico, as formas nominais analisadas designam generalização acerca da classe de indivíduos humanos. A palavra *pessoa* foi a forma mais empregada e a única que apareceu codificada no singular, no plural, com e sem determinante.

Na tabela abaixo, é possível visualizar as 19 ocorrências e as três possibilidades de codificação de sujeito indeterminador com a forma *pessoa*.

INDETERMINAÇÃO DO TIPO 3 – Sujeito indeterminador Lexical	Pessoas	A pessoa	As pessoas	Total por gênero
Artigo de opinião	1	-	-	1 – 0,5%
Entrevista	3	3	12	18 – 95%
TOTAL	4 – 21%	3 – 16%	12 – 63%	19 – 100%

*Tabela 5: Indeterminação de referência do Tipo 3 codificada pela palavra lexical *pessoa*.*

- (59) **Pessoas** de consciência estão lançando uma campanha de assinaturas para embasar um projeto de lei de iniciativa popular que exija dos juízes a comprovação de que os despejados têm lugar para ficar e de que o Executivo colocou meio de transporte adequado para que a ele se dirijam.

(O10: ‘Abusos contra pobres’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/51203-abusos-contra-os-pobres.shtml>>)

Nessa ocorrência, o Emissor discute acerca dos mandados de despejo contra famílias sem-teto. Ao usar a forma *pessoas*, o Emissor marca a não identificabilidade e não especificidade [-id, -s] referencial. Ainda que delimite a que grupo de pessoas se refira (pessoas de consciência), o Emissor pressupõe o desconhecimento do referente da forma *pessoas* para ele e para o Destinatário. No Nível Representacional, a designação da forma *pessoas* aciona o traço semântico [+humano], (^hx)^g. A genericidade é acionada pelo conteúdo semântico da própria forma lexical – por si só generalizante – e é reforçada pela codificação da marcação plural no Nível Morfossintático.

A forma lexical *pessoa* aparece em 16% das ocorrências e assinala a genericidade mesmo acompanhada por um operador de definitude. É o que podemos observar em (55):

(60) *Folha*: Porque o seu pai reagiu?

Utsunomiaya: Eles começaram a atirar na porta, foi um sufoco. Ele foi olhar na porta para ver o que era e eles mandaram bala.

Folha: O senhor estava na hora?

Utsunomiaya: Estava, claro. Não deu nem tempo de ajudar, eu tentei ligar para a polícia.

Folha: Sua mãe ficou refém?

Utsunomiaya: Eles pegaram minha mãe, que ficou quatro horas refém. Mas eles não agrediram minha mãe, trataram bem.

Folha: E o seu pai?

Utsunomiaya: **A pessoa** invade a sua casa com a sua família, começa a bater na porta, vai fazer o quê? A gente defendeu a nossa família.

(E8: Francisco Utsunomiya – fala sobre um assalto no sítio dos pais)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/50756-ele-nao-quis-bancar-o-valente-afirma-filho-do-agricultor.shtml>>)

O Emissor relata o assalto ocorrido na casa do sítio de seus pais. Ao empregar a palavra *pessoa*, ainda que acompanhada do operador de identificabilidade e definitude (o artigo *a*), o Emissor marca indeterminação de referência do Tipo 3 [-id, -s]. No Nível Representacional, a genericidade é acionada. Ainda que a codificação no Nível Morfossintático assinale uma forma singular, do ponto de vista semântico, a construção nominal *a pessoa* remete a uma quantidade maior que um: os assaltantes/os ladrões.

Mais uma vez, a marcação morfológica de número não corresponde à quantidade semântica inferida. Assim como nas CIs desinenciais de 3^ap.p. e nas formais nominais indefinidas (quem e alguém) já analisadas, o sintagma nominal *a pessoa* (60) assinala uma marcação morfológica de número que reforça a falta de referência do sujeito indeterminador ‘pessoa’.

A variação de número da forma ‘pessoa’, entretanto, apresenta uma relação biunívoca entre quantidade semântica e marcação morfológica de número, como se pode constatar a seguir.

- (61) *Paschoal*: **As pessoas** aplaudem a lei sobre os crimes ambientais. Essa lei é um lixo.

(E3: Janaína C. Paschoal – advogada fala sobre o Novo Código Penal)
(<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)

- (62) *Folha*: O sr. defende que **as pessoas** se integrem. Mas as casas vão poder ficar abertas?

(E1: Evandro Spinelli – o arquiteto fala sobre condomínios fechados)
(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1099762-integrar-as-pessoas-da-cidade-coibe-a-violencia-diz-arquiteto.shtml>>)

Em ambas as ocorrências, embora a expressão *as pessoas* apresente o traço de definição, a construção, como um todo, tem valor genérico. Assim como em (61), a forma codificadora de sujeito indeterminador em (62) pode ser representada em: NI: (-id, -s); NR: (^hx)^g e NM: Lw.

Além da diferença da relação entre a codificação de número e a quantidade semântica já apontada, outra distinção entre as ocorrências (59) e (60), (61) e (62) deve ser destacada: a restrição dos referentes indeterminados. Em (59), o núcleo generalizante *pessoas* é delimitado – *Pessoas de consciência*. Em (60), o sintagma *a pessoa*, também generalizante, aponta para uma espécie de indivíduo – a pessoa que invade uma residência. Em (61) e (62), o núcleo *pessoas* delineia uma abrangência maior de indivíduos, indicando uma classe de indivíduos. As ocorrências lexicais da forma *pessoa* de (59) a (62) atestam diferentes graus de generalização, mas não deixam, por isso, de codificar a indeterminação.

A questão parece girar em torno da delimitação do(s) referente(s)-genérico(s). A escolha por uma forma mais ou menos generalizante tem motivação semântica dada pelo conteúdo semântico da codificação lexical *pessoa*, por isso as formas lexicais acompanhadas, ou não, de operadores de definição ou de indefinição têm leitura genérica, no singular ou no plural.

A mesma motivação semântica para a indeterminação de referente(s)-generalizante(s) é encontrada nos exemplos que seguem:

- (63) Paschoal: Por exemplo, **o sujeito** que corta uma árvore que pode cair na cabeça das crianças na rua responde a um inquérito por crime ambiental. Não tem cabimento.
(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)
(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)
- (64) Paschoal: Aí, **o cidadão** fica preso por um furto ridículo.
(E3: Janaína C. Paschoal – advogada analisa as propostas da Comissão de Reforma do Código Penal)
(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/49532-novo-codigo-penal-exagera-na-criacao-de-mais-crimes.shtml>>)
- (65) Na favela moravam as pessoas que faziam pequenos serviços na casa. Minha mãe mandava eu ir lá pedir para **o fulano** vir aqui arrumar a torneira.
(E1: Evandro Spinelli – o arquiteto fala sobre condomínios fechados)
(<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1099762-integrar-as-pessoas-da-cidade-coibe-a-violencia-diz-arquiteto.shtml>>)

Nessas três ocorrências, o Emissor, ao empregar item lexical generalizante, ainda que acompanhado do operador definido, marca indeterminação de referência do Tipo 3 [-id, -s]. No Nível Representacional, nas três ocorrências, a forma lexical é por si só generalizante (^hx)^g. As palavras lexicais indeterminadoras em (63), (64) e (65), – *sujeito*,

cidadão e *fulano* – entretanto, apontam diferentes graus de marcação da genericidade. Em (63), a forma codificadora de indeterminação, *o sujeito*, é limitada a alguns possíveis referentes do predador *cortar* [as árvores]. O mesmo ocorre com a forma *cidadão*, que também é limitada a alguns possíveis recipientes da construção verbal *ficar preso*. Em (62) e (64), as formas *sujeito* e *cidadão* indicam um referente limitado a um conjunto definido, mas claramente indeterminado, [-id, -s].

A ocorrência (65), entretanto, aponta para um referente limitado a um indivíduo dentro de um conjunto indeterminador-genérico mais amplo: ‘pedir para o fulano vir aqui arrumar a torneira’ está contido em ‘as pessoas que faziam pequenos serviços em casa’ (o *fulano* $\subset$ as pessoas).

No exemplo a seguir, mais uma forma lexical é analisada.

- (66) *Spinelli*: Nós fizemos aqui na nossa posse uma festa. 1.500 pessoas aqui na esquina, nessa região que é tida como o centro, **o pessoal** fala aí...

(E1: Evandro Spinelli – o arquiteto fala sobre condomínio fechados)

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1099762-integrar-as-pessoas-da-cidade-coibe-a-violencia-diz-arquiteto.shtml>

O Emissor fala sobre a maior segregação das pessoas em razão da construção de condomínios fechados. Ao empregar a construção nominal *o pessoal*, ele assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e de não especificidade para si próprio [-s]. No Nível Representacional, temos ativada a propriedade lexical que indica coletividade. As formas coletivas indicam genericidade, mas, como já observado, a marcação negativa de identificabilidade e/ou de especificidade em pelo menos um desses dois operadores pragmáticos ativa a marcação positiva do operador semântico de genericidade (g). Do ponto de vista morfossintático, temos, em (66), a

formulação da indeterminação (pragmática) e da indefinição (semântica – com marcação concomitante de genericidade e coletividade) codificadas na mesma forma lexical.

A codificação da indeterminação por meio de formas lexicais generalizantes e de formas lexicais coletivas é determinada pelo Nível Representacional e independe da marcação do tipo de operador: definido ou indefinido. Embora, no *cópus*, a ocorrência de forma lexical generalizante marcada por operador de indefinição não tenha ocorrido, são comuns formas como: um cidadão/o cidadão, um cara/o cara, um pessoal/o pessoal.

Como já apontado, a codificação da indeterminação de referência por meio do operador de indefinição *um* pode ocorrer também com formas lexicais específicas, como no caso do exemplo (25b):

(25b) *Archer*: Mas, faz um mês, veio **um procurador** aqui e me fez assinar um papel sem timbre.

(E12: Marco Archer C. Moreira – condenado à morte)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1110519-peco-a-dilma-que-ao-menos-tente-me-salvar-diz-condenado-a-morte.shtml>>)

Além de operadores de definição e de indefinição representados pelas formas morfológicas denominadas artigo, a(s), o(s), as formas lexicais generalizantes também podem vir acompanhadas de modificadores quantificadores que apontam um número indeterminado de objetos ou pessoas, como em (66).

(67) Para sorte de nossa sociedade, há **muita gente** corajosa disposta a correr risco pela coletividade - e, posso afirmar com segurança, há muitos bons exemplos na magistratura.

(O13: ‘Profissão de risco’)

(<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/1112301-tendenciasdebates-profissao-de-risco.shtml>>)

O Emissor fala sobre o aumento do número de juízes que precisa de proteção policial devido às constantes ameaças recebidas. Ao empregar a forma lexical *gente*, ele assinala o pressuposto de não identificabilidade [-id] do referente por parte do Destinatário e a sua não especificidade para si próprio [-s]. No Nível Representacional, temos ativada a propriedade lexical que indica coletividade, intensificada pelo quantificador *muita*.

Com base nos exemplos analisados, é possível afirmar que são as intenções comunicativas que estabelecem a indeterminação de referência. A diversidade de formas e o fato de uma mesma forma ou construção indeterminadora codificar diferentes tipos de sujeito indeterminador e de CI já indicam que o arranjo textual e interacional estabelece a indeterminação de um referente.

4.2 A CODIFICAÇÃO DA INDETERMINAÇÃO DE REFERÊNCIA

Como inicialmente apresentada, a motivação para este trabalho nasceu da constatação de que falantes nativos brasileiros comumente apontam incongruências entre os fatos da língua mostrados em sala de aula e o conhecimento do uso da própria língua. Para mapear as razões dessa incongruência, as noções desses falantes sobre contexto situacional e sobre indeterminação de referência como estratégia de argumentação do Emissor, – exemplificados na introdução deste trabalho¹¹ –, já são suficientes para, além da descrição das variedades de formas que a indeterminação assume no discurso, procedermos

¹¹ Cf. p. 14: “Indeterminado pra quem? Pra mim, por exemplo, o sujeito em ‘Pegaram o meu livro’ não é sempre indeterminado. E se estou sendo irônica e sei quem pegou?”

a uma análise do funcionamento pragmático e semântico dessas possibilidades indeterminadoras.

Assim sendo, após mostrarmos, em 4.1, que a indeterminação de referência assume várias funções no discurso. Em 4.2, apresentamos, então, nesta seção, a partir da tabela abaixo, uma visão mais geral sobre o do funcionamento pragmático e semântico de cada uma dessas expressões de formas (sujeitos indeterminadores) e estruturas codificadoras (CIs) de indeterminação de referência, procurando mostrar que a análise da forma e/ou estrutura não pode nunca prescindir da análise da sua funcionalidade pragmática e semântica. A tabela 06, abaixo, traz todas as formas codificadoras encontradas no corp3s:

FORMAS E ESTRUTURAS CODIFICADORAS DE INDETERMINAÇÃO DE REFERÊNCIA		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
Pronominais 59,3%	Quem (pronome interrogativo)	X		
	Quem (pronome relativo/indefinido)		X	X
	Alguém (pronome indefinido)	X		X
	Você (pronome de tratamento)		X	X
	Eles (pronome pessoal)			X
Lexicais 29%	Lexicais (com artigo indefinido)			X
	Lexicais generalizantes			X
Construções indeterminadoras 11,7%	CI desinencial (3ª pessoa do plural)		X	X
	CI –se (índice de indeterminação)			X
	CI não-finita			X

Tabela 6: Formas codificadoras encontradas nas 86 ocorrências de indeterminação

Das 86 ocorrências de indeterminação analisadas, 76 correspondem a formas codificadoras explícitas, sendo 51 formas gramaticais (59,3%) e 25 formas lexicais (29%). As CIs representam 11,7% do total de ocorrências.

As formas de codificação da indeterminação são variadas, mas muito além da quantidade e/ou diversidade dessas formas, chama a atenção o fato de uma mesma forma ou construção indeterminadora codificar diferentes tipos de indeterminação. Nas

ocorrências de codificação com sujeito explícito, a forma *quem*, por exemplo, assinala a indeterminação dos três tipos de indeterminação em diferentes gêneros textuais. Os referentes indeterminados não têm, em 98,75% dos casos analisados, designação semântica específica. Em comum, os referentes, discursivamente indeterminados, apresentam o traço semântico indivíduo-humano de 3ª pessoa.

A codificação da indeterminação por meio da forma gramatical *você* e das formas lexicais generalizantes (fulano, sujeito, pessoa...) correspondem a mais da metade das ocorrências do Tipo 3 (51 das 80 ocorrências). Juntas essas formas de codificação correspondem a 63,75% dos casos analisados. No gênero entrevista, o número de ocorrências dessas duas possibilidades codificadoras é significativamente superior. No artigo de opinião, uma única ocorrência da forma *você* e dois casos com formas lexicais (pessoa, gente) foram encontrados, o que corresponde a menos de 4% (3 entre 80) de ocorrências do Tipo 3 de indeterminação.

Como já observado, o Tipo 1 de indeterminação é codificado por meio de formas interrogativas típicas. Nesse tipo de indeterminação, o Emissor assume o desconhecimento de um referente e pede ao Destinatário que lhe forneça a informação nova. Considerando-se que o propósito comunicativo que favorece esse tipo de indeterminação é a busca de informação e que o corpus para essa pesquisa foi composto de gêneros textuais de base argumentativa, é possível depreender que a condição de restrição às ocorrências desse tipo de indeterminação é justamente o propósito comunicativo dos gêneros delimitados: argumentar com base em fatos/assuntos que presumam conhecimento prévio comum entre os interactantes. A análise do Tipo 1 demonstra, claramente, como o arranjo textual interfere na codificação morfosintática da indeterminação do sujeito.

As formas codificadoras do Tipo 2 também ocorreram apenas no gênero entrevista. A busca pelo posicionamento do entrevistado proporciona a codificação do Tipo 2 na

medida em que a indeterminação é conveniente para os interactantes na situação comunicativa. O Emissor, nesse caso, não assinala, simplesmente, a não identificabilidade do referente pelo Destinatário e a sua especificidade para ele próprio [-id, +s], mas a intencionalidade de não declarar um determinado referente.

A análise das ocorrências do Tipo 3 de indeterminação aponta não apenas um tipo mais comum de indeterminação, 93% dos 80 casos analisados, mas subtipos de indeterminação do Tipo 3: pronominais, lexicais e CIs.

FORMAS PRONOMINAIS CODIFICADORAS DE INDETERMINAÇÃO DO TIPO 3				
PRONOMINAIS		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
	Quem (pronome interrogativo)	X		-
	Quem (pronome relativo)		X	X
	Alguém (pronome indefinido)	X		X
	Você (pronome de tratamento)		X	X
	Eles (pronome pessoal)			X

Quadro 1: Formas pronominais codificadoras do Tipo 3.

As formas explícitas pronominais assinalam referentes de 3ª pessoa. A exceção fica por conta da codificação pelo pronome de tratamento *você* que, a depender da situação comunicativa, pode também criar a possibilidade de o referente ser identificado como o Destinatário ou qualquer outra pessoa, entre as quais se inclui o próprio Emissor, ou seja, o pronome *você*, como forma codificadora da indeterminação, pode assinalar, discursivamente, o envolvimento dos participantes em uma situação comunicativa.

As formas lexicais assinalam exclusivamente referentes de 3ª pessoa.

FORMAS LEXICAIS CODIFICADORAS DE INDETERMINAÇÃO DO TIPO 3				
LEXICAIS		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
	Lexicais específicas (com artigo indefinido)	-	-	X
	Lexicais generalizantes	-	-	X

Quadro 2: Formas lexicais indeterminadoras

As formas lexicais marcam apenas indeterminação do Tipo 3. Nesses casos, a genericidade é inerente à designação dessas formas. Em outras palavras, o Nível Interpessoal formula a indeterminação e o Nível Representacional, a indefinição. Ambas as formulações são codificadas em formas lexicais generalizantes como *pessoa*, *fulano*, *sujeito*, *pessoal* ou *cidadão* – cuja indefinição pode, ainda, ser delimitada pelo valor semântico do predador de uma oração. Essa delimitação é possível devido à informação pragmática comum aos interlocutores sobre o valor semântico de predadores acionado pelo contexto situacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). As formas lexicais generalizantes podem, também, ser restringidas, por orações relativas, a um subconjunto limitado (CAMACHO, a sair) Por fim, é preciso destacar que as palavras lexicais generalizantes são formas codificadoras de indeterminação mesmo quando delimitadas ou restringidas.

O Tipo 3 de indeterminação também aparece codificado em CIs.

CONSTRUÇÕES INDETRMINADORAS DO TIPO 3 DE INDETERMINAÇÃO				
CIs		TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
	CI desinencial (3ª pessoa do plural)		X	X
	CI – <i>se</i> (índice de indeterminação)			X
	CI não-finita			X

Quadro 3: Construções Indeterminadoras do Tipo 3

O Emissor codifica, na CI desinencial, a identificabilidade [$\pm id$] e a especificidade [$\pm s$] na marcação de 3ª pessoa do plural do verbo. Nesse caso, o núcleo vazio da função sujeito pode ser expandido por uma forma pronominal ou lexicalmente realizada. Assim como a CI desinencial, a CI com índice –*se*, pode se referir a qualquer referente de 3ª pessoa, singular ou plural. Nesse caso, a indeterminação é codificada através de forma –*se*.

Ao contrário da CI desinencial e da CI com índice –*se*, a CI com infinito não assinala nenhuma forma de codificação da função sujeito. A ausência de uma forma

codificadora da função sujeito e a não marcação de pessoa no verbo geram um sentido semelhante à indeterminação do sujeito. Tal construção aponta para a possibilidade de preenchimento da função sujeito, que, ao contrário das demais formas codificadoras de indeterminação, pode fazer referência a qualquer uma das três pessoas do discurso.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise das três possibilidades indeterminadoras propostas (Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3) leva-nos a apresentar algumas considerações finais que podem ajudar a apontar caminhos para uma nova visão sobre esse conceito. Tais considerações visam também a apresentar, de forma mais sucinta, os resultados da análise dos dados que nos levaram ao conceito de indeterminação e à afirmação de que a indeterminação se afigura como estratégia de argumentação do Emissor.

De acordo com os dados analisados:

- a) O Emissor, ao assumir a não identificabilidade e/ou não especificidade de um referente explicitamente marcado recorre, em 90% dos casos, a formas gramaticais (59% - você, quem, alguém) e lexicais generalizantes (30% - o sujeito, a(s) pessoa(s), o fulano...) as quais, não apresentam designação. Esses 89% de formas indeterminadoras referem-se exclusivamente ao Tipo 3 de indeterminação;
- b) Uma única ocorrência assinala a indeterminação em forma lexical específica (1% - um procurador), caracterizando-a como uma indeterminação do Tipo 2. Nesse caso, a forma indefinida *um* é a expressão de dois operadores. No Nível Interpessoal é operador de identificabilidade e de especificidade; no Nível Representacional, é operador de

genericidade. Embora única no *cópus*, a marcação de forma lexical específica acompanhada de operador indefinido, é recurso usual entre os falantes da língua portuguesa para codificar o Tipo 2 de indeterminação: “Um professor meu publicou as fotos da confusão na internet”; “Um vizinho contou que o assalto aconteceu no fim da tarde”;

- c) As CIs correspondem a 10% de ocorrências de indeterminação, codificadas na configuração do predicator: desinência de 3ª p.p. e índice *–se* com 3ª p.s.; e não codificada: forma não-finita. Os dados apresentados em a), em b) e agora em c) nos levam a compreender que as formas de indeterminação do sujeito preconizadas pelas gramáticas tradicionais correspondem, na verdade, às possibilidades de CIs de sujeito; .
- d) A análise das CIs evidenciou diferentes estratégias discursivas de indeterminação. Uma delas, a exclusão do Emissor no discurso. Essa estratégia apresentou-se mais produtiva nas CIs com forma não-finita que, por não pressupor a codificação do sujeito, podem apresentar diferença na possibilidade de preenchimento da lacuna do sujeito. Estratégia semelhante ocorre nos casos com a forma pronominal *você*. O Emissor deixa em aberto o referente do pronome *você*, criando a possibilidade de o referente ser identificado como o Destinatário ou qualquer pessoa, entre as quais se inclui o próprio Emissor. A inclusão dos interactantes por meio da forma *você* deu-se em 100% dos casos. As CIs, porém, podem apontar a exclusão apenas do Emissor;
- e) Por meio do conteúdo semântico do predicator, o Emissor pode limitar, restringindo a indefinição de um referente como constatado nas CIs com *índice –se* e nas CIs com forma não-finita. Outra estratégia é a indicação de uma quantidade semântica diferente da quantidade codificada na forma indeterminadora. Em um mesmo ato discursivo, é possível que o mesmo referente indeterminado seja codificado por meio de formas indeterminadoras diferentes com desiguais marcações de número ou de gênero;

- f) O corpus formado por diferentes gêneros textuais, de base argumentativa, possibilitou ampliar a correlação estabelecida entre codificação da indeterminação e contexto situacional. Dentre os textos argumentativos de base selecionados, a entrevista foi o único gênero textual em que se pôde visualizar os três tipos de indeterminação do sujeito. Caracterizado pela estrutura pergunta-resposta entre entrevistador e entrevistado, o objetivo da entrevista é a obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões e, mais raramente, informações pontuais. No momento em que o Emissor necessita de uma informação pontual recorre à indeterminação do Tipo 1. Se a intenção do Emissor é explorar a avaliação e opinião da entrevista sobre determinado fato/assunto recorre ao Tipo 2 que lhe proporciona a conveniência da indeterminação para posicionar-se e, ainda, preservar a sua face e a do(s) referente(s) indeterminados. O Tipo 3 de indeterminação cuja codificação pode ocorrer em um número expressivo de formas e estruturas, proporcionou uma visão mais clara de estratégias pragmáticas e semânticas vinculadas à indeterminação (inclusão/exclusão do Emissor entre o(s) referente(s) indeterminado(s); restrição semântica do(s) referente(s) e relação não biunívoca entre número e/ou gênero do(s) mesmo(s) referente(s) indeterminados;
- g) Nas ocorrências analisadas, o traço [+humano] é marcado nas codificações explícitas na própria forma gramatical (alguém, quem, você) e lexical (pessoa, fulano, sujeito). Nas CIs, esse traço é inferido do próprio predador (falar, advogar, querer). Entretanto, não nos parece ser o traço [+humano] constitutivo da indeterminação do sujeito. Ocorrências como “As coisas estão piores” ou “Algum problema parece atormentá-lo” podem demonstrar que a codificação de indeterminação também pode apresentar o traço [-humano].

CONCLUSÃO

Na introdução deste trabalho, apontamos a falta de uma definição do fenômeno de indeterminação da função sujeito que considerasse como determinantes os aspectos pragmáticos do seu funcionamento. A partir do paradigma funcional de que a língua começa no discurso e depende da intenção do Emissor, propusemo-nos a formular um conceito de indeterminação centrado na complexidade pragmático-semântico-sintática da noção de indeterminação, com base na arquitetura descendente dos níveis do Componente Gramatical da Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

Para a formulação desse conceito, é preciso definir as noções de referência (para o uso interpessoal) e designação (para o uso representacional). A ideia subjacente a essa distinção é a de que o Emissor refere, a expressão designa. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a indeterminação corresponde pragmaticamente à falta de referência de uma forma codificada como indeterminadora.

Ao assinalar a falta de referência em uma unidade formal da língua, o Emissor pode indicar que o referente dessa forma é identificável apenas por ele ou pelo Destinatário ou, ainda, não é identificável por nenhum dos dois participantes do discurso, o que aponta diferentes possibilidades de indeterminação do sujeito.

O fenômeno discursivo da indeterminação é marcado, na GDF, por operadores de identificabilidade [-id] e de especificidade [-s] no Nível Interpessoal – operadores responsáveis pela definição e a indefinição de formas codificadoras de indeterminação. A combinação positiva desses operadores corresponde à determinação de um referente, [+id, +s]. A marcação negativa em pelo menos um desses operadores marca uma indeterminação

parcial, [+id, -s] e [-id, +s]; e a marcação negativa em ambos os operadores marca a indeterminação total, [-id, -s]. A marcação negativa em apenas um dos operadores de identificabilidade e especificidade do Nível Interpessoal ativa a marcação positiva do operador de genericidade no Nível Representacional, o que não define, mas reforça a indeterminação no Nível Interpessoal.

As possibilidades de combinação com marcação negativa dos operadores pragmáticos de identificabilidade e de especificidade permitem-nos propor três diferentes tipos de indeterminação: Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3, codificados em diferentes estruturas (construções indeterminadoras: desinencial, índice *-se* e não-finita) e formas gramaticais e lexicais indeterminadoras.

Em resumo, considerando o quadro teórico da GDF, a indeterminação da função gramatical ‘sujeito’ apresenta as seguintes características:

- i) é um fenômeno discursivo, que depende do poder/querer do Emissor;
- ii) corresponde, no Nível Interpessoal, à falta de referência assinalada pela marcação negativa em pelo menos um dos operadores discursivos de identificabilidade e especificidade;
- iii) quando marcada no Nível Representacional, corresponde à genericidade, assinalada apenas nas formas explícitas gramaticais e lexicais;
- iv) pode ser codificada por meio de construções indeterminadoras e por formas explícitas gramaticais e lexicais.

Muitos são os pontos deste trabalho que ainda merecem ser desenvolvidos e um deles diz respeito à indeterminação como fenômeno discursivo da língua portuguesa. É fato que a ‘indeterminação referencial’ é um fenômeno mais amplo que afeta também o objeto sintático e não apenas o sujeito. Entretanto, propusemo-nos, neste trabalho, a estudar a marcação da indeterminação de referência por meio de estratégias sintáticas que envolvem o constituinte sujeito. Os resultados encontrados ao longo do exercício de análise da falta de referência do constituinte sujeito permitem-nos propor, por fim, um conceito de indeterminação que se centra na complexidade pragmático-semântico-sintática da noção de sujeito:

A indeterminação, formulada pelo Emissor como uma estratégia argumentativa, define-se como a falta de referência (**pragmática**) e, por vezes, de designação (**semântica**) de uma forma linguística de 3ª pessoa na função sintática de sujeito (**morfossintática**)

Cumprida essa tarefa, resta ainda um movimento final, que não se pretende esgotar aqui, mas que deve ser entendido como um primeiro passo na direção de um aproveitamento dos ganhos advindos da descrição funcional dos fatos da língua para o ensino dessa própria língua.

A motivação para este trabalho nasceu, como já observado, da percepção de que definição de ‘sujeito indeterminado’ da NGB não condiz com o conhecimento do falante nativo de língua portuguesa sobre o funcionamento e as formas de indeterminação.

A análise dos dados sugere que é preciso voltar às dúvidas desses falantes em fase escolar e admitir que os questionamentos sobre indeterminação de sujeito procedem. E o professor, como falante, sabe disso. O problema é que poucos docentes estão preparados

para lidar com a percepção das inconsistências conceituais da teoria tradicional apontadas pelos alunos. A reflexão parece simples: os alunos partem da pragmática e não conseguem chegar à morfossintaxe e, não conseguindo entender esse caminho, acreditam que não sabem ‘o português’. Como fazê-los, então, acreditar em sua competência linguística? O conhecimento teórico para a formação de professores é importante, mas é imprescindível que esse professor seja instrumentalizado para unir teoria à prática.

No caso desta pesquisa, a escolha pelo paradigma funcional, que reconhece a importância da contextualização da língua na situação social em que se dá a interação, mostrou-se de grande importância para entender como as motivações para o uso da língua são externas à sua forma linguística. De forma mais objetiva, foi o conhecimento teórico da GDF, com sua rigorosa arquitetura descendente de níveis de formulação e de codificação, que nos possibilitou operar em nossas análises com um conhecimento subjacente às formas codificadoras de indeterminação do sujeito.

Como se sabe, a GDF é um modelo de gramática tipologicamente orientado e, portanto, não trata das especificidades da língua portuguesa, ainda que as contemple. Ainda assim, o estudo dessa teoria na formação de professores pode instrumentalizá-los para responder aos questionamentos dos alunos sobre usos da língua. Um professor que compreende a estrutura de uma língua a partir do seu funcionamento certamente se sentirá mais bem preparado para acompanhar seu aluno no percurso traçado pelos questionamentos que, invariavelmente, têm seu início na pragmática. Embora outras teorias funcionalistas também tratem integradamente a pragmática, a semântica e a morfossintaxe, é a ordem de determinação desses estratos na GDF, do pragmático ao morfossintático, que permite o tratamento da indeterminação do sujeito de maneira tão sistemática. É a percepção dessa sistematicidade que dá ao falante, nesse caso específico, ao aluno, um sentimento de competência com relação ao uso da sua língua. A

conceituação, centrada na complexidade pragmático-semântico-sintática da noção do que se tem definido como ‘sujeito indeterminado’, vai agora na mesma direção que a intuição do falante, sendo, portanto, mais facilmente entendida pelo aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Nacional, 1976.
- BERLINCK, R. A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. Predicação. *In. Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro: Cades, 1959.
- CAMACHO, R. C. Estrutura argumental e funções semânticas. *Alfa*, São Paulo, 43, p. 145-170, 1999.
- _____. CAMACHO, R. (a sair). As orações relativas. *In. PEZATTI, E.G. (org.) Construções subordinadas na lusofonia: uma perspectiva discursivo-funcional*.
- CARVALHO, Valter de. ‘Nego’ também indetermina o sujeito em Salvador. *Anais do SILEL*. vol. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.ileel2.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1166.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2012.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T., BASÍLIO, M. (Org.) *Gramática do Português Falado*. v 4. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPES, 1996.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2007.
- COSTA, J.; SILVA, M. C. F. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *GEL Estudos Linguísticos XXXV*, Araraquara, 2006, p. 95-109. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1102/textos/Textos_sobre_caso_no_PB/COSTA_SILVA_NotasSobreConcordanciaVerbalNominal.pdf> Acesso em: 27 abril 2010.
- CUNHA, C. F. **Gramática da Língua Portuguesa**. 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publication, 1989.
- _____. **The Theory of Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- DUARTE, M. E. L. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. 148f. 1995. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) UNICAMP, IEL, Campinas, 1995.
- _____. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. *In. PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 114-138. Disponível em <<http://www.lettras.ufrj.br/posverna/docentes/61022-1.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2010.

FUGGION, C. M. **A indeterminação em português: uma perspectiva diacrônico-funcional**. 197f. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2008.

GOMES, R. F. **O 'se' indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo: uma leitura morfossintático-semântica**. 186f. 2007. Tese (Doutorado em Linguística). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HAWAD, H. F. **Tema, sujeito e agente. A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional**. 159f. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HENGVELD, K. Dynamic Expression in Funcional Discourse Grammar. In: DE GROOT, C. (Ed). **Morphosyntactic Expression in Functional Grammar**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2005.

HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGVELD, K; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. Trad. Marize Mattos Dall'Aglia-Hattnher. In. SOUZA, E.R. (org.) **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-85.

JUCÁ FILHO, C. **132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

LEVELT, W. J. M. **Speaking**. Cambridge MA: MIT Press, 1989.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MENON, O. P. S. **Analyse sociolinguistique de l'indetermination du sujet dans le portugais parle au Bresil, a partir des donnees du NURC/SP**. 1994. 397 f. Tese (Doutorado) - Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII, Paris, 1994.

MILANEZ, W. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**. São Paulo: Parábola, 2006.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2001.

PEZATTI, E. G. Constituintes pragmáticos em posição inicial: distinção entre tema, tópico e foco. **Alfa**, São Paulo, n. 42, p. 133-150, 1998.

_____. A Gramática Discursivo-Funcional e o contexto. In. SOUZA, E.R. (org.) **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 107-131.

PONTES, E. S. L. M. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

RUMEU, M. C. B. Estratégias de indeterminação do argumento externo do verbo em jornais portugueses e brasileiros. **Veredas on line**. UFJF: Juiz de Fora, 2011, p. 49-65. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-42.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2012.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática completa**. 29 ed. São Paulo: Nova Geração: 2008.

SANTANA, N. M. O. Indeterminação da referência do sujeito: uma análise da fala rural da Chapada Diamantina – Bahia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7, 2001, Curitiba. **Anais eletrônicos**. ABRALIN: Curitiba, 2011. Disponível em <<http://abralin.org/site/publicacao-em-anais/abralin-curitiba-2011>> Acesso em: 20 abril de 2012.

SOUZA, E. M. **O uso do pronome ‘eles’ como recurso de indeterminação do sujeito**. 116f. 2007. Dissertação (Mestrado em linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, E.R. (org.) **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012. VIEIRA, S. R, BRANDÃO; S. F. (Orgs.) **Ensino de Gramática. Descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.